

DISCURSOS SELECIONADOS DO
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Celso Amorim
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Discursos Seleccionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso

MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA
ORGANIZADOR



Brasília, 2010

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Foto da capa:
Magdalena Gutierrez

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

Brasil. Presidente (1995 - 2003).
Discursos selecionados do Presidente Fernando
Henrique Cardoso. Brasília : Fundação Alexandre
de Gusmão, 2009.
92p.

ISBN: 978.85.7631.191-1

1. Política – Brasil. 2. Política externa - Brasil. I.
Cardoso, Fernando Henrique, Presidente. II. Título.

CDU 32(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Biografia, 7

Discurso de Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1995, 9

Discurso na reunião especial comemorativa do 50º aniversário das Nações Unidas - Nova York, 23 de outubro de 1995, 19

Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento”, realizada no Colégio do México - Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996, 23

Discurso do Senhor Presidente da República na abertura da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Nova York, 23 de junho de 1997, 41

Pronunciamento do Presidente da República
Posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999, 45

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas - Québec, Canadá, 20 de abril de 2001, 53

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em Sessão Solene na Assembleia Nacional da República da França - Paris, 30 de outubro de 2001, 59

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura do Debate Geral da 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York, 10 de novembro de 2001, 65

Discurso na cerimônia de recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Salamanca - Salamanca, Espanha, 18 de maio de 2002, 73

Discurso na cerimônia de recebimento do título de Doctor of Civil Law pela Universidade de Oxford - Oxford, Inglaterra, 14 de novembro de 2002, 79

Discurso ao receber do PNUD o Prêmio Mahbub ul Haq por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano - Nova York, 9 de dezembro de 2002, 83

Biografia de Fernando Henrique Cardoso

Político e sociólogo. Presidente da República eleito em 1994 e reeleito em 1998. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), lecionou em universidades americanas e europeias após o golpe de 1964. Em 1968, voltou ao Brasil e foi professor de Ciências Políticas da USP. Por força do Ato Institucional nº5, aposentou-se compulsoriamente. Escreveu, entre outros livros, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969). Em 1978, elegeu-se suplente do senador Franco Montoro, assumindo em 1983 quando este tornou-se governador de São Paulo. Conquistou mais uma vez a vaga no Senado em 1986, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dois anos depois, participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No governo de Itamar Franco (1992-1994), dirigiu o Ministério das Relações Exteriores e posteriormente o da Fazenda, no qual elaborou o plano econômico que criou a nova moeda, o real. Com o êxito do Plano Real, elegeu-se Presidente da República em 1994. Seu mandato ficou marcado pelo programa de privatizações nos setores de energia elétrica, telecomunicação, siderurgia. Reelegeu-se em 1998. Nesse novo período, seu governo rompeu com a antiga política cambial, sofreu com a crise energética e promoveu alguns avanços sociais na educação, saúde e agricultura.



Discurso de Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional

Brasília, 1º de janeiro de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,
Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras,
Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa,
Excelentíssimos Senhores Senadores,
Excelentíssimos Senhores Deputados,
Altas Autoridades da República,
Senhoras e Senhores,

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha “O petróleo é nosso”, como já brilhará no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os “anos dourados” de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980.

Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra.

Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos – pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo –, mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade, ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos farão abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.

Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que não um longo período de crescimento.

As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes – as pessoas e as empresas que produzem riqueza – resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.

Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.

Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o Governo, cercado da estima que fez por merecer, agradeço, em nome da Nação, a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isso eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste fim de século. Será esse o objetivo número um do meu Governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um “mandato da raça negra” — mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos, mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentirem no coração o horror da escravidão e por entenderem que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos — e ainda que não fossem brasileiros —, vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social. Veio também, e em grande número, dos excluídos; dos brasileiros mais humildes, que pagavam a conta da inflação sem terem como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos — a eles eu devo em grande parte minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do Governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que hão de continuar se expressando em nossa política externa.

Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-*apartheid*. Sem nos esquecermos das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta, no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar

vêm dos nossos desequilíbrios internos – das desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente. À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea e em que, ao mesmo tempo, os públicos se fragmentam e se especializam, a identidade cultural torna-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania, pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O Governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio — que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos — de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada — e assim vai ser no meu Governo — principalmente como a prevenção da doença, e não só como a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor — e a recuperação do seu salário, principalmente no ensino básico; é muito mais que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer “modernos”, se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para ter um bom aproveitamento.

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo.

Isso vai demandar uma ampla reorganização da máquina do Governo.

A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do Governo, principalmente na área social.

As CPIs do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo Governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.

Isso não me assusta. Sei que terei o apoio da maioria da Nação, inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Essa verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.

O Governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis – algumas das quais aponte em meu discurso de despedida do

Senado – e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor, mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o Governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.

Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho; às minorias raciais e a algumas quase minorias – aos negros, principalmente –, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade; aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade.

Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania, em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar, cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.

A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História.

Ao Congresso, ao qual pertenci até hoje e que, nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato.

Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

Muito obrigado.

Discurso na reunião especial comemorativa do 50º aniversário das Nações Unidas

Nova York, 23 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Quero expressar o orgulho do Brasil em ver esta histórica sessão presidida por um representante ilustre de Portugal.

Há cinquenta anos, os delegados que firmaram a Carta de São Francisco tinham esperança de que estavam criando um mundo melhor, em que a paz fosse possível graças a instituições capazes de garantir o melhor espírito de cooperação entre os povos.

A ONU, como toda realização humana, assistiu a sucessos e fracassos. Em sua trajetória, porém, algo de muito importante foi preservado: o sentimento da esperança. E agora é tempo de renová-lo.

O que nossos povos esperam hoje de nós? O que esperam que façamos pela ONU?

Tenho certeza de que a essas indagações a resposta é consensual: que a ONU seja a guardiã serena das normas e princípios que regem as relações entre os Estados, que os faça respeitar, garanta seu cumprimento e assim dê bases sólidas para a ordem internacional.

Que tenha instrumentos eficazes para conciliar partes em conflitos, para preveni-los, bem como para promover formas de desenvolvimento com equidade.

É aspiração de toda a humanidade que a ONU esteja voltada, de forma permanente, para a defesa dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação e de tirania.

Senhoras e Senhores,

Vivemos hoje tempos melhores do que há cinquenta anos. O fim da Guerra Fria liberou a agenda internacional das tensões geradas pelo conflito ideológico e propiciou crescente convergência de valores em torno da democracia, da liberdade econômica e da justiça social.

Abriam-se novos espaços para a cooperação internacional. A série de Conferências que a ONU vem patrocinando, sobre População, Mulher, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, tem como grande tema unificador a busca de padrões dignos de vida para todos os povos e para cada indivíduo. O progresso humano está, assim, no centro do debate internacional.

Além dos temas dessas Conferências, a vida contemporânea renova desafios que merecem a atenção das Nações Unidas.

Devemos trabalhar aqui para superar, no marco complexo da globalização, um quadro persistente de desigualdades sociais e econômicas, que gera desesperança e sentimento de exclusão. Os objetivos do desenvolvimento sustentável não devem ser abandonados.

Devemos trabalhar, igualmente, para que os progressos extraordinários trazidos pela ciência e pela tecnologia se difundam em benefício de todos.

No caso da paz e da segurança internacional, o papel da ONU sempre será insubstituível. Em outros assuntos, ela nos ajudará a pensar juntos, a orientar decisões, a criar padrões novos de legitimidade.

Em todos esses temas, nossos povos esperam de seus governantes que sejamos capazes de um diálogo permanente e orientado por valores verdadeiramente universais, que inspirem as várias instâncias regionais e as nações individualmente para a paz, o desenvolvimento e a cooperação.

Que a ONU seja um foro em que, de forma objetiva, se tratem os problemas concretos da humanidade e, ao concebermos instrumentos para agir, tenhamos uma noção clara do que é possível fazer.

Cada um de nossos países deve contribuir para que a Organização tenha meios materiais para poder cumprir as missões que nós mesmos lhe confiamos.

Não é admissível que as Nações Unidas estejam atravessando sua pior crise financeira precisamente no momento em que seu papel se amplia e em que líderes de todo o mundo se reúnem em Nova York para reafirmar o compromisso com a Carta da ONU.

Vamos ser francos. Nós estamos comemorando este cinquentenário com um sentimento ambíguo, vendo a ONU ser obrigada a procurar expedientes para cobrir os imensos déficits provocados pela existência de um saldo devedor que pode inviabilizar a Organização precisamente quando melhores são as suas perspectivas. É preciso encontrar uma saída duradoura para esse impasse.

Senhoras e Senhores,

Hoje venho manifestar o compromisso brasileiro de lutar por uma ONU fortalecida e atuante.

Não é um compromisso novo, é um compromisso que consubstancia a história do Brasil nesta Organização. Uma história de participação, de defesa da paz e do desenvolvimento, que nos leva agora a uma disposição de assumir responsabilidades crescentes nas deliberações das Nações Unidas.

Se os tempos atuais afastaram o veto ideológico, não podemos agora ser prisioneiros do imobilismo por “vetos” decorrentes do medo de agir e da falta de vontade política de mudar o mundo para melhor.

Este é o momento de celebrar a reafirmação dos ideais de justiça e paz que, há 50 anos, levaram à criação desta grande obra do espírito humano, que é a Organização das Nações Unidas.

Para esta celebração, o Governo e o povo do Brasil reafirmam a sua disposição de transformar as palavras em atos e de romper a linha tênue que, como disse há pouco, poderia dar a impressão de que a palavra é hipócrita e de que falta ação. Convido-os, pois, à ação e o quanto antes.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento”, realizada no Colégio do México

Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996.

I - Introdução: os desafios do estadista diante do fenômeno da globalização

É um enorme prazer voltar ao Colégio do México, um dos mais criativos centros do pensamento latino-americano, onde fui tantas vezes acolhido com generosidade e onde sempre encontrei o estímulo intelectual para o debate e para a pesquisa. Reencontro amigos de longa data e, sobretudo, recordo os excelentes momentos de convívio e de amizade que a vida acadêmica aqui me proporcionou.

Vou tratar de um tema que se incorporou definitivamente à agenda de todos os governantes contemporâneos: a globalização econômica e os riscos e oportunidades que dela decorrem. Em países como o Brasil e o México, refletir sobre as implicações desse fenômeno, do ponto de vista tanto interno como externo, é mais do que um desafio intelectual, é uma necessidade vital.

Não pretendo aqui tratar dessa questão com o rigor do homem de ciências, mesmo porque, em tudo aquilo que tenho lido sobre a globalização, percebo que falta ainda uma teoria unificadora, que explique em profundidade a gênese das transformações e o curso dos acelerados desdobramentos na realidade econômica contemporânea. A Academia parece-me estar ainda no processo de mapear e de compreender o conjunto de acontecimentos que estão mudando a vida das nações numa velocidade antes inimaginável.

Mas o tempo e as motivações do político são, em sua essência, diferentes daqueles do cientista social. O político não pode esperar pela sedimentação do conhecimento para agir. Se o fizer, será atropelado pelos fatos. Temos, hoje, uma certeza: a da abrangência e da profundidade da mudança, e isso nos assombra e nos angustia, dada a complexidade dos desafios que temos de enfrentar.

A verdade é que, independentemente dos vácuos teóricos existentes, já conhecemos o suficiente sobre a globalização para saber, com razoável perspectiva, quais os seus rumos prováveis e em que campo podemos atuar para amenizar alguns dos seus efeitos mais nocivos e, ao mesmo tempo, potencializar as vantagens que estão surgindo, para darmos, nos próximos anos, um grande salto em direção à prosperidade com mais justiça social.

A globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas.

Ora, isso não nos distancia do fato de que uma das mais importantes missões da ação política contemporânea é a de assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores de acordo com os quais o ganho econômico só tem sentido se trouxer maior bem-estar para os cidadãos. Assim, a partir desse pressuposto, devemos encontrar os meios e os instrumentos de liderar os esforços de integrar nossos países nos novos padrões de produtividade e competitividade, única forma de obter o necessário crescimento econômico sustentável numa economia globalizada.

Esse é o foco principal que tenciono dar a esta conferência. Procurarei ponderar sobre algumas das conseqüências sociais da globalização, especialmente no que se relaciona aos riscos do aumento da desigualdade em cada país e no plano internacional, bem como do aumento do chamado desemprego estrutural.

II - Fatos que contribuíram para a superação das teorias tradicionais sobre a assimetria e a dependência nas relações econômicas e políticas mundiais

Um ponto de partida para compreender melhor a natureza das transformações da realidade econômica e política da atualidade é a reflexão sobre as razões que implicaram a superação de algumas teorias que

procuravam explicar em profundidade a dinâmica das relações entre o capital e o trabalho e sua repercussão na órbita internacional.

É evidente que não tenho a pretensão de esgotar um tema tão complexo em espaço de tempo tão curto. Meu objetivo é apenas o de esboçar alguns lineamentos que permitam entender um pouco melhor o que está acontecendo no mundo de hoje.

As extraordinárias mudanças que ocorreram de 1989 para cá, entre as quais a aceleração dos efeitos da globalização, revelaram os limites das teorias e das ideologias hegemônicas deste século. E isso não vale somente para o marxismo. Tanto o liberalismo clássico (em virtude das transformações na teoria das vantagens comparativas) como a socialdemocracia (que sofre a crítica do esgotamento do *welfare state*) exigiram reformulações radicais, que ainda não se completaram. Claro: as perspectivas históricas de que dispunham os seus fundadores eram outras, pressupondo determinadas formas de dialética entre o interno e o externo, e mesmo de relação entre o capital e o trabalho, que não mais subsistem.

Mudou o mundo; mudou a natureza do capital; mudou a natureza do trabalho. Mudaram, também, os instrumentos necessários para alcançarmos níveis crescentes de inclusão social.

O que a História não superou, no ideário, principalmente, das ideologias de esquerda, foi a aspiração generosa no sentido de que as transformações tivessem o objetivo de incorporar os mais fracos, os mais desfavorecidos. Por isso, o tema da desigualdade persiste e ocupa espaço necessário na reflexão sobre a globalização.

II.1 - A dimensão do capital

Na dimensão do capital, um dos aspectos a ressaltar é o de que assistimos a uma verdadeira pulverização de sua propriedade. Hoje, os fundos de pensão e de investimento detêm, por exemplo, posição estratégica no controle do capital e na definição de sua utilização. Isso está diluindo e despersonalizando a relação patrão–empregado nos setores mais dinâmicos e modernos da economia, embora, no Brasil e em boa parcela dos países em desenvolvimento, o grande empregador ainda sejam as pequenas e médias empresas.

A própria relação empreendedor–empresa está se alterando: o empresário schumpeteriano, o visionário empreendedor, está sendo substituído ou pelos empresários que controlam alguma forma de saber especializado e

inovador, ou, ainda, pela figura do gerente, que baliza suas decisões por padrões de eficiência e competitividade. A tendência não é nova e vem sendo descrita desde os anos 50, mas certamente se reforçou muito nos últimos anos.

Para citar apenas um exemplo que ratifica essas tendências: no Brasil, os fundos de pensão tornaram-se os maiores investidores no processo de privatização da economia. Os gerentes desses fundos passaram a ter um enorme poder, em termos de opções de investimento na economia, e são, em sua maioria, oriundos dos quadros das empresas públicas.

Ora, como falar, hoje, com nitidez, de exploração pelo capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao capital, justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna.

E fica aqui uma primeira indagação, mais de natureza sociológica do que econômica: a diferenciação do trabalho, derivada da facilidade do acesso ao capital – e, como apontarei, há outros determinantes da diferenciação –, consagra somente formas modernas de organização ou também serve aos que, por artifício político, conseguem consolidar posições corporativas?

Outro elemento crucial é a crescente mobilidade dos fluxos financeiros internacionais e seu impacto sobre as políticas monetária e cambial das economias nacionais. Fica cada vez mais difícil identificar a procedência dos capitais e, sobretudo, as intenções dos gerentes que os manipulam. A análise do destino dos lucros e de seus beneficiários se torna também uma questão complexa.

Isso não significa que fiquemos desarmados diante da volatilidade dos capitais. A constatação dessa tendência não pode levar à passividade. A internacionalização dos fluxos deve corresponder a novos arranjos internacionais para discipliná-los. E há espaço para tanto.

II.2 - A dimensão do trabalho

Recordo que, na teoria econômica clássica, o trabalho, o capital e a terra eram os três fatores básicos da produção. O fator trabalho tinha uma característica estática, homogênea. A tecnologia estava associada diretamente ao fator capital, não ao trabalho. Hoje, como a produção se tornou mais

“intensiva em conhecimento” (*knowledge intensive*), quem detém esse saber, muito mais do que a empresa, é o próprio trabalhador. Um exemplo significativo disso é o *Silicon Valley*, nos EUA, que cresceu com base no conhecimento, não nos capitais, que afluíram *a posteriori*. Embora esse exemplo possa ter algo de esquemático, serve para ilustrar o ponto que pretendia ressaltar: na terminologia de Marx, o *capital variável* cresce em importância com relação ao *capital constante*, na medida em que o processo produtivo vai ficando mais “intensivo em conhecimento”.

Esse fato traz profundas implicações para nossos países e economias. O saber tornou-se um fator de diferenciação no trabalho. A força física e as aptidões gerais foram superadas como elementos diferenciados da mão-de-obra. O trabalho qualificado e criativo, de alto nível, tornou-se fator escasso, em comparação com a relativa abundância de capital que circula pelo mundo. E ainda mais importante para os países em desenvolvimento: a vantagem comparativa que os países periféricos teriam em função da mão-de-obra abundante e barata praticamente desapareceu; ou, mais precisamente, localiza-se nos setores mais modernos da economia. Isso reforça a dificuldade de lidar com diferenças internas em países em desenvolvimento complexos como os nossos. Tornou-se necessário combinar políticas públicas que preservem as áreas modernas e competitivas, por padrões internacionais, com um esforço permanente de incorporar os setores atrasados, mas intensivos, de mão-de-obra.

Outro ponto de extraordinário impacto nas relações capital-trabalho: a modernização da economia levou a mão-de-obra industrial no marxismo, o *proletariado* por excelência, a perder espaço para o emprego no setor terciário, um setor em que há baixa capacidade de mobilização, para efeitos de negociação com os detentores do capital, maior informalidade e grandes diferenciações de tipos de ocupação e de margens salariais. É em função dessa mudança no perfil de emprego que a flexibilização das normas trabalhistas está ocorrendo nos quatro cantos do mundo.

Muitos consideram que essa migração do emprego do setor manufatureiro para o de serviços é um fenômeno negativo. Conceitualmente, contudo, isso é um equívoco: é errônea a percepção de que somente a indústria pode prover empregos de qualidade. É igualmente ultrapassada a noção de que somente o setor manufatureiro tem potencial exportador e, portanto, é capaz de promover mais facilmente o crescimento.

II.3 - Algumas consequências das novas formas de expansão do capital, da organização do trabalho e da relação capital-trabalho

Algumas consequências importantes advêm da implementação das novas formas de expansão do capital, de organização do trabalho e da relação entre o capital e o trabalho.

Primeiro: se por um lado a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode trazer oportunidades reais de crescimento para as economias emergentes, por outro, a volatilidade dos capitais de curto prazo e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra moedas são uma forma de ameaça real à estabilidade econômica e ao nível de emprego dos países. O México e toda a América do Sul, e mesmo os mercados financeiros mais longínquos, bem sabem o impacto nocivo que essa volatilidade pode ter.

Segundo: o conhecimento tornou-se, como sabemos, um fator concreto de diferenciação entre os trabalhadores, deixando vulnerável a posição daqueles que ocupam a maior parte dos postos de trabalho não-qualificados, sobretudo nos países em desenvolvimento. Nesse particular, gostaria de fazer um parêntese: essa diferenciação interna na classe trabalhadora faz lembrar, numa primeira aproximação, a noção de burguesia proletária que, no pensamento marxista, estava ligada à exploração imperialista. Ora, não se trata mais disso: a ascensão de setores específicos pode ser positiva e representativa dos ganhos de produtividade ou da sua capacidade organizacional. O problema surge quando as vantagens cristalizam-se em mecanismos corporativos, em vantagens desiguais, que são fruto muito mais da habilidade política de certos grupos do que dos avanços na produção. O que parecia moderno pode tornar-se, assim, conservador, afastado da competição sadia e identificado com as vantagens do clientelismo. Isso ocorre, sobretudo, em certos setores do Estado e leva a que, em alguns países, a esquerda tradicional seja utilizada por esses grupos para a defesa de bandeiras paradoxalmente conservadoras, no sentido de manutenção de situações de privilégios.

Terceiro, e talvez ainda mais preocupante: diante desse quadro de transformações, quem seriam os novos agentes sociais da construção do futuro? Não mais a “burguesia conquistadora”, uma vez que o capital vai-se despersonalizando; não mais a classe média, como portadora privilegiada de valores democráticos; tampouco o proletariado, órfão das utopias

revolucionárias depois da derrocada do socialismo real. Mais adiante, voltarei a esse tema, que julgo essencial.

Paralelamente às transformações ocorridas nas dimensões do capital e do trabalho e na sua inter-relação, outros elementos contribuíram para a superação das teorias que procuravam explicar o sistema de relações econômicas e políticas a partir do conceito marxista de imperialismo.

Quando Enzo Faletto e eu trabalhamos na construção da Teoria da Dependência, o substrato do desenvolvimento na periferia do capitalismo, especialmente na América Latina, era a internacionalização de mercados. Porém, naquele momento, um outro fenômeno se desenhava ainda difícil de ser percebido em todas as suas vertentes pela ótica conceitual dos anos 60: concomitantemente à internacionalização de mercados, o que estava ocorrendo, na América Latina e no Ocidente desenvolvido, era a internacionalização da produção, a qual traria uma impressionante expansão das correntes internacionais de comércio, que passaram a crescer muito acima das taxas de crescimento das economias nacionais. Antes, a regra prevalecente era a de que todas as fases da produção de determinado bem fossem processadas num mesmo país. Essa mercadoria era consumida localmente ou exportada. A proteção tarifária e não-tarifária, associada à estratégia de desenvolvimento prioritário do mercado interno, alimentou uma série de projetos nacionais de desenvolvimento baseados na industrialização protegida ou, como ficou conhecida na América Latina, no processo de substituição de importações. (Lembro que a estratégia asiática foi diferente, já que se sustentou em melhor perfil de distribuição de renda e se voltou para a acumulação interna de capital e de tecnologia, o que levaria, mais tarde, a modelos mais eficazes de enfrentamento das questões da globalização.)

Mas retomemos o modelo de substituição de importações: o seu esgotamento derivou basicamente do fato de que o conteúdo nacional da maioria dos bens diminuiu e suas fases de produção se internacionalizaram. Quanto mais tecnologicamente sofisticado o bem, provavelmente maior será o número de países que participaram desde sua concepção e *design*, até sua produção e *marketing*. Essa tendência se fortaleceu não apenas em razão do barateamento dos custos de produção (decorrente da revolução técnica e tecnológica), da maior mobilidade dos fatores de produção e, ainda, da queda das tarifas de transporte e comunicações. Foi resultado, igualmente, da progressiva redução da proteção tarifária e não-tarifária, em sucessivas rodadas de negociação multilateral em foros como o GATT, patrocinadas

principalmente pelos países desenvolvidos, mas que passaram a engajar também os países de industrialização recente, ávidos por novos mercados. Nesse particular, as nações que aderiram mais tardiamente ao GATT, como é o caso do México, tiveram que consolidar suas tarifas em nível mais baixo que o daquelas que haviam acedido ao Acordo em períodos anteriores. É sintomática, na atualidade, a ampliação dos temas tratados pelo GATT, muitos dos quais eram antes reservados à jurisdição interna.

Em decorrência da soma desses desdobramentos, cresceu exponencialmente o comércio intrafirmas, responsável hoje pela parcela mais significativa do comércio internacional. Se há algumas décadas o que interessava aos conglomerados multinacionais era a legislação vigente, nos países recipiendários de investimentos, sobre a remessa de lucros, busca-se, agora, dar prioridade à capacidade de determinada nação de produzir bens intermediários ou finais a preços competitivos, no bojo de estratégias corporativas definidas globalmente. Os países passaram a ser selecionados para receber investimentos dessas corporações multinacionais com base no cômputo das vantagens comparativas que oferecem, entre as quais a qualificação da mão-de-obra, que se transformou num fator cada vez mais decisivo.

Várias são as conseqüências dessas evoluções. A primeira delas foi, sem dúvida, o enfraquecimento dos projetos de desenvolvimento nacional de caráter autárquico, fechado ao mercado externo. A segunda foi o acirramento da competição entre os países, notadamente os em desenvolvimento, por investimentos externos. Em larga medida, nações têm reformulado suas políticas no campo econômico e comercial para atrair capitais – que complementam suas taxas insuficientes de poupança interna –, oferecendo-lhes um ambiente doméstico mais atraente e previsível.

Isso também não é novidade. Está ocorrendo, porém, diferentemente dos anos 50, já que o modelo se altera, deixando de haver investimento “especializado” no Terceiro Mundo e passando a atividade econômica local a se ligar a essas cadeias transnacionais de produção. Nem sempre essa ligação ao exterior é homogênea, especialmente em países de dimensão continental, em que o processo de modernização não pode alcançar a nação como um todo. “Separar” partes do território nacional para um tipo diferenciado de vinculação externa tem sido a solução encontrada por alguns países.

O acirramento da competição entre as nações não excluiu, contudo, a cooperação, que pode assumir várias formas. A principal delas tem sido a

integração regional. A criação de mercados ampliados, seja sob a forma de zona de livre comércio, seja, num patamar mais avançado, de uma união aduaneira, transformou-se num instrumento fundamental para os países em desenvolvimento, no quadro da globalização. No caso do Brasil, o Mercosul tornou-se, no espaço de menos de uma década, o principal projeto da diplomacia nacional. O Mercosul atrai hoje para a região um volume crescente de investimentos de grande porte, com impactos importantes na geração de novos empregos. Estou, assim, convencido de que as políticas de integração regional têm de ser mecanismos decisivos de combate aos efeitos mais danosos da globalização.

A terceira consequência é o surgimento de uma crescente uniformidade dos quadros institucional e regulatório de todos os países. Para que a globalização da produção pudesse avançar, passou a prevalecer a noção hegemônica de uniformização das regras econômicas e comerciais, a fim de impedir a criação de vantagens artificiais em dado país. Exemplar nesse sentido é a introdução, na Organização Mundial do Comércio, de parâmetros internacionais para os direitos de propriedade intelectual e para os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos. É evidente, porém, que esse quadro normativo mais homogêneo somente cumprirá o seu objetivo se, na aplicação das normas, houver maior sentido de equilíbrio e, sobretudo, se for bloqueado o uso unilateral do poder econômico.

Também intimamente ligada à questão da globalização é a limitação que se impõe à capacidade dos Estados de escolher estratégias diferenciadas de desenvolvimento, de adotar políticas macroeconômicas heterodoxas ou, ainda, de sustentar fórmulas rígidas na relação entre o capital e o trabalho. Os mercados de capital passaram a atuar como verdadeiros vigilantes das gestões nacionais: qualquer medida, por mais correta do ponto de vista interno, que possa sinalizar um passo em falso ou contrariar o interesse dos investidores externos tem como consequência a revoada dos capitais de curto prazo, com sérios efeitos para a saúde do sistema financeiro de determinado país.

A ortodoxia ou o conservadorismo dessa espécie de tribunal imaterial, porém influente, traz limitações à capacidade de operar dos governantes, os quais, se, por um lado, não podem simplesmente ignorar esses condicionantes da realidade contemporânea, por outro têm dever de buscar, nas contradições e nas inconsistências, bem como nas janelas de oportunidade do sistema em gestação, estratégias capazes de reafirmar a prioridade do interesse nacional, de reforçar a vocação de países como os nossos para a autodeterminação

soberana e, sobretudo, de consolidar nossa capacidade de influir na construção do futuro.

A globalização está longe de ser um fenômeno que avança de modo uniforme no plano internacional. Seu ritmo obedece à movimentação de variados paradigmas. O paradigma financeiro, por exemplo, é diferente do comercial. Neste último, as áreas de resistência são muito mais pronunciadas, sobretudo nos países desenvolvidos, como provam as questões dos produtos agrícolas, da pesca e tantas outras. Há uma clara contradição entre o discurso globalizante e a prática, cuja regulação dos limites é ditada por negociações diplomáticas. Na área financeira, a abertura certamente é maior, mas não significa que esteja isenta de mecanismos regulatórios, normalmente estabelecidos pelos Bancos Centrais de cada país.

A globalização também tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e a sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso envolve canalizar investimentos para a infra-estrutura e para os serviços públicos básicos, entre os quais educação e saúde, retirando o Estado da função de produtor de bens, de repositor principal do sistema produtivo.

Em vários momentos, mencionei que uma das conseqüências sociológicas da modernização induzida pela globalização é a dispersão de interesses, a fragmentação do trabalho e do capital. Ora, o cerne da ação política, hoje, é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente. É nesse sentido que julgo fundamental entender que, com a globalização, o Estado necessita de recompor suas funções. Assim, a missão do Estado de direcionar o desenvolvimento (*steering capacity*) passa a ser muito mais importante que a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e de serviços que não têm natureza essencialmente pública.

Esse pequeno elenco de desdobramentos contemporâneos das relações econômicas internacionais fornece, em minha opinião, poderosos elementos, que põem em xeque as teorias que procuravam explicar a realidade e, sobretudo, as estratégias políticas e econômicas tradicionais que os Estados procuravam seguir na busca do crescimento. Os desafios para enfrentar a nova realidade são imensos e cada vez mais complexos, uma vez que se tornou inviável separar os condicionantes internos dos externos. Além disso, cria-se uma situação paradoxal, pois, ao mesmo tempo que a demanda por equidade aumenta em regimes democráticos, até como efeito da globalização

da informação, ela é dirigida a um Estado que, em razão de seu novo papel, deve intervir menos e melhor, tendo opções cada vez mais restritas em termos de política econômica, em decorrência da necessária disciplina fiscal e da austeridade de gastos públicos.

Exatamente por isso nunca foi tão importante a qualidade do trabalho político: de que maneira e a partir de que valores o governante deve combinar o interno e o internacional; como conciliar a dispersão de pressões com o imperativo da definição de rumos claros; como compatibilizar os mecanismos clássicos da representação com o anseio crescente de participação direta da cidadania no processo decisório; como articular o empuxo de valores econômicos nacionais com a necessidade de uma perspectiva soberana? Eu poderia multiplicar muito mais essas dicotomias. Sabemos que hoje não existem mais fórmulas ideológicas que tecam com coerência os fios de uma realidade cambiante. A atitude meramente pragmática do governante é insuficiente e simplista diante de problemas que envolvem opções complexas e valores.

Nesse sentido, fica patente que o trabalho fundamental do político, em nossos países, está ligado aos temas da justiça social. O seu mandato principal vem dos que nada ou pouco têm. Em sociedades como as nossas, não podemos nos iludir e tomar a globalização como um dado natural da realidade ou como uma nova forma de ideologia e permitir que se acentuem as dicotomias internas. A desigualdade, embora alimentada pelas assimetrias e injustiças das relações interestatais, é ainda essencialmente um problema nacional. É a nossa capacidade de superá-la, com medidas inteligentes de adaptação à nova conjuntura externa, que marca a ação do estadista de hoje. Queiram ou não os defensores das ideologias neoliberais, o Estado ainda é uma referência obrigatória como instrumento para organizar as transformações, e disso o político contemporâneo não pode e não deve abrir mão.

III - Algumas consequências sociais da globalização: os problemas do crescimento da desigualdade e do desemprego estrutural

Durante décadas, os países em desenvolvimento tentaram influenciar, sem grande êxito, nos foros multilaterais, notadamente na UNCTAD, a construção de uma nova ordem econômica internacional. A verdade é que, um tanto à sua revelia, essa nova ordem já estava sendo forjada e hoje atende pelo nome de globalização.

Sem ceder à ilusão de que essa nova ordem responderia apenas às forças do mercado, embora elas sejam decisivas, e que o poder dos Estados nacionais deixou de ter o mesmo impacto sobre o curso dos eventos, é justamente o reconhecimento dos “limites” do mercado e da força que certos países de grandes dimensões, como o Brasil e o México, têm para influenciar no direcionamento da globalização econômica que nos permite adotar medidas capazes de contra-arrestar os efeitos sociais mais negativos do fenômeno, como o crescimento da desigualdade e o agravamento do desemprego.

Para fazê-lo, contudo, os governantes têm de aceitar, como já afirmei, certos condicionantes da ordem econômica em gestação, com realismo e sentido de pragmatismo. A novidade do processo e a velocidade das transformações exigem formas inteiramente novas de agir no cenário internacional.

III.1 - Desigualdade e exclusão social

Como vimos, a globalização uniformiza, ao tempo em que diferencia. A tendência de muitos analistas e ideólogos é exaltar os processos uniformizadores, como se suficientes para criar riqueza e equidade. Ora, os temas da diferenciação são decisivos e constituem talvez o âmago da construção de uma perspectiva política da globalização. Na verdade, a questão do aumento da desigualdade e da exclusão social que a globalização parece de alguma forma alimentar é intrincada e de difícil combate. Manifesta-se tanto no plano interno dos países desenvolvidos e em desenvolvimento como no plano internacional. O paradoxal – e de certa forma até irônico – é que o aumento da desigualdade se processa exatamente num momento em que, com o final da Guerra Fria e com a abertura ao exterior dos regimes socialistas mais empedernidos, caminhamos para uma uniformização institucional e uma maior convergência universal de valores.

Na dimensão das relações interpessoais, a desigualdade passa a ser encarada como fruto menos da “exploração capitalista” ou das distorções do modelo de acumulação do que das diferenças qualitativas do trabalho, das competências e habilidades inatas ou adquiridas. A desigualdade material é identificada perversamente como resultado de um processo natural de diferenciação entre indivíduos. Essa ruptura do sentimento de solidariedade tem grave repercussão na própria ideia de identidade nacional, como identificou Robert Reich, o atual Secretário do Trabalho do Governo Clinton.

Na dimensão das relações interestatais, a desigualdade é vista menos como um fenômeno histórico, político, econômico ou cultural, do que como uma incapacidade de adaptação aos novos padrões de produção da economia globalizada ou ao quadro institucional e ideológico prevalente nas “nações vencedoras”. Esse esmaecimento da explicação econômica, sociológica, histórica ou ética da desigualdade leva ao crescimento da indiferença e da intolerância com relação aos “perdedores”, que são classificados como os únicos responsáveis por seu próprio atraso.

Ainda no plano das relações entre Estados, passa a prevalecer o conceito de que o desenvolvimento transita antes pelo cumprimento do “dever de casa” e pela criação interna de condições de competitividade do que pela cooperação internacional para o desenvolvimento, pela mobilização da comunidade mundial na luta contra a marginalização das nações mais pobres. A existência da desigualdade e da exclusão passa a ser, também perversamente, considerada como um dado natural da realidade, perdendo-se uma das dimensões mais importantes do pensamento “conservador” tradicional, que é, como já o disse, a da solidariedade, da proteção dos mais fracos e desassistidos, em nome da defesa de um valor maior, o da coesão ou da harmonia do tecido social.

O verdadeiro desafio, portanto, é ir além do conservadorismo. Sabemos que é indispensável retomar os valores comunitários e recriar uma *ética de solidariedade*. Contudo, não é uma tarefa fácil rearticular os instrumentos e as instituições que tenham efetiva capacidade de lidar com a desigualdade e a exclusão.

III.2 - O aumento do desemprego

A questão do aumento do desemprego é outro tema que tem inquietado a maioria dos governantes e dos cidadãos, principalmente porque é um fator agravante do processo de aprofundamento da desigualdade e da exclusão social.

Algumas constatações preliminares são essenciais para evitarmos pensar o futuro com os olhos voltados para o passado. A primeira delas é de que já enfrentamos – e passaremos a enfrentar ainda mais – o gravíssimo problema do aumento do chamado “desemprego estrutural”, decorrente tanto da perda de competitividade de certos setores das economias antes protegidas por barreiras tarifárias ou não-tarifárias quase inexpugnáveis, como do enorme

ganho de produtividade por unidade de trabalho. A segunda, já apontada anteriormente, diz respeito ao fenômeno da terciarização da economia, que tem contribuído para a transformação da natureza do trabalho em escala global. No Brasil, por exemplo, o setor terciário responde, hoje, por mais de 60% do total de empregos na economia. Esse é um fato de grande importância no processo de tomada de decisões dos Governos.

Os próprios países desenvolvidos não estão imunes ao problema do desemprego. Entre os membros da OCDE, o desemprego triplicou entre 1970 e 1992, segundo os dados do *Informe* de 1993 sobre desenvolvimento humano do PNUD. E, por causa dos movimentos migratórios, os problemas do desemprego, no Norte e no Sul, passaram a se tocar.

O temor desse agravamento da situação nos países do Norte é que alimenta determinadas tentativas de “reação” contra o processo de globalização, como é o caso de esquemas de regionalismo mais fechado ou da defesa de teses como as de *dumping* social ou de “proteção verde”. Fatias de mercado por nós duramente conquistadas pela força da competitividade começam a sofrer sobretaxas discriminatórias ou ilegais, ou, ainda, têm de enfrentar mecanismos de concorrência desleal, em franco desrespeito às regras multilaterais, como bem ilustra a questão dos subsídios à agricultura nos países desenvolvidos.

IV - O papel do Governo no combate ao desemprego. Como gerar mais e melhores postos de trabalho

Procurei demonstrar que o desemprego, como tantas outras questões sociais, tem uma dimensão internacional. A própria natureza do desenvolvimento globalizado gera efeitos dramáticos, como aponta a trajetória de alguns países desenvolvidos. Um ponto que procurei enfatizar é o de que não devemos ser passivos diante dos problemas que a globalização fez emergir: A definição de estratégias nacionais precisas para combater esses males é absolutamente necessária e urgente. Por isso, passo a fazer uma breve reflexão sobre a forma pela qual, no Brasil, estamos lidando com o tema do desemprego.

Um dos principais problemas do governante de um país democrático como o Brasil, que detém um enorme passivo social, resultado da incúria e do descaso histórico de suas elites, é a percepção equivocada, por parte da população, de que o Poder Executivo Federal pode tudo e tem a capacidade

de reverter distorções seculares no curso de um mandato presidencial. É natural que assim seja, sobretudo em razão dos êxitos que estamos colhendo com a estabilização da economia.

Tenho perfeita consciência de que o problema do emprego, tanto no que se refere à oferta quantitativa de postos de trabalho como à qualidade dos novos postos a serem criados, constitui uma das questões mais graves a serem enfrentadas pelos líderes políticos em todo o mundo. Porque a preservação e a geração de empregos são passos prévios não apenas para o êxito de qualquer política social, mas também para garantir a própria dignidade dos cidadãos.

O enfrentamento desse tema complexo, contudo, não depende somente dos governos, embora algumas políticas governamentais sejam fundamentais para minorar o impacto do desemprego estrutural.

Passo, agora, a enfocar o caso do Brasil que, creio, deverá ter alguma semelhança com o do México. Antes de apontar algumas das medidas que meu Governo está adotando nesse campo, no contexto de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social, seria útil analisar brevemente alguns elementos que prevalecem na dimensão da força de trabalho e do lado da oferta de postos na economia brasileira.

Do lado da dimensão da força de trabalho, precisamos estar atentos aos seguintes aspectos:

- a) o componente demográfico continuará a exercer pressão sobre o mercado do trabalho nos próximos 15 anos, período a partir do qual já se farão sentir os efeitos da atual queda na taxa de fertilidade da população; e
- b) o componente sociocultural do aumento das taxas de participação das mulheres na força de trabalho.

Do lado da oferta de postos de trabalho, importa ressaltar que:

- a) em decorrência da abertura da economia e do imperativo da competitividade e da produtividade, é preciso saber qual será a composição setorial de uma economia industrial periférica e integrada a uma nova divisão internacional do trabalho;
- b) está ocorrendo, como já indiquei, uma profunda reestruturação produtiva, em razão das novas tecnologias, que, por um lado, desvalorizam o

trabalho não-qualificado e, por outro, exigem grandes esforços de recapacitação da força de trabalho; e

c) a reestruturação organizacional do parque produtivo passa a exigir a abolição de categorias intermediárias de ocupação, ao tempo em que se processa uma informalização crescente do mercado de trabalho, agravada pela terceirização de funções.

Diante desses condicionantes, como buscar soluções inovadoras, dadas as limitações de ação do Estado, que envolvam os diferentes níveis de Governo, a sociedade civil, os sindicatos de trabalhadores e os órgãos patronais? Não cabe aqui elaborar um receituário aprofundado para atacar o problema. Menciono apenas algumas das medidas, tanto do lado da oferta como da demanda do trabalho, que meu Governo já adotou ou está em vias de implementar.

Do lado da oferta de mão-de-obra, estou comprometido com dois pontos que julgo essenciais: investimento maciço na educação básica e programas abrangentes de capacitação ou retreinamento, com custos a serem compartilhados com as empresas.

Do lado da demanda de mão-de-obra, nossa ação será concentrada:

a) na expansão econômica sustentada através de políticas de crescimento conciliadas com a estabilização;

b) no desenvolvimento de políticas específicas de geração de emprego, com a retomada de investimentos de porte nas áreas de infra-estrutura e social (a área social, embora subestimada como geradora de empregos, tem um enorme potencial empregador);

c) no apoio técnico e financeiro para melhor capacitação de setores intensivos em trabalho, como, por exemplo, a construção civil, a agricultura familiar e o turismo;

d) no incentivo fiscal, na melhoria das condições de financiamento da produção e no apoio técnico às pequenas e médias empresas, que são o maior empregador do País;

e) no estímulo, via financiamento de bancos estatais de fomento, de programas que preservem e gerem empregos; e

f) na diminuição do custo do fator trabalho e nas negociações entre o capital e o trabalho para a flexibilização das relações trabalhistas, incluindo medidas que dêem maior autonomia aos sindicatos para a celebração de contratos coletivos de trabalho.

V - Conclusão: a economia globalizada e o futuro dos países em desenvolvimento. A demanda por equidade

Estamos vivendo transformações que reorganizarão a política e a economia do próximo século. A tarefa de dar sentido humano ao desenvolvimento, na era da globalização, tornou-se um grande desafio, porque temos de lidar não apenas com uma realidade radicalmente nova, mas principalmente com o vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou.

Se, com a globalização, a economia passa a condicionar o universo da produção e da gestão, o mesmo não se aplica ao universo dos valores. É preciso separar os fatos concretos acarretados pela globalização de uma pseudo-ideologia que se está construindo em torno do fenômeno, com matizes que vão da pregação acrítica e celebratória das “virtudes” do sistema em gestação à afirmação da inevitabilidade da perda de relevância dos Estados nacionais.

Nesse sentido, precisamos refletir sobre como a globalização, que sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do Homem – um novo Renascimento, como tenho afirmado –, pode ser orientada para atender à demanda por equidade clamada pelos 4/5 da humanidade que padecem sob os efeitos da miséria e da doença. Como reinventar o sentido de comunidade no plano internacional, para evitar a exclusão social e a marginalização? Como reforçar a responsabilidade social das elites culturais e econômicas?

Essa última indagação sobre a responsabilidade social – e, para alguns, a responsabilidade nacional – das elites merece, a meu juízo, uma reflexão um tanto mais detida. Independentemente da “democratização” do capital de que tratei antes, e até por sua causa, a mecânica de reprodução das elites se robusteceu. Mas, ao mesmo tempo, as elites passam a se fechar na defesa de seus interesses mais particulares e mesquinhos, o que ameaça não apenas a ideia de democracia, mas também o próprio conceito de nação. Essa irresponsabilidade das elites gera uma exacerbação do individualismo e uma cultura de conflito que não pode sustentar-se. Como fazer para reavivar essa

responsabilidade social das elites é um dos grandes desafios de nosso tempo. O apelo por uma ética da solidariedade, a redefinição de valores nacionais e, principalmente, a luta contra a desigualdade, que as elites encararam hoje como algo natural e até aceitável, são ideais que somente a política, como a arte da construção de consensos, pode equacionar.

Tenho a convicção que os países em desenvolvimento podem contribuir, talvez até mais do que as nações desenvolvidas, com essa passagem conceitual do domínio da economia para o mundo dos valores. Porque nós, mais que nunca, temos de exercer nossa capacidade criadora para responder, a um só tempo, aos desafios da nova realidade e à superação do legado social que nos prejudica e envergonha.

Não se trata de retornar aos ideais do passado, realimentando utopias que já não explicam o mundo contemporâneo e tampouco se coadunam com a prevalência dos valores democráticos e da economia de mercado. A solução dos problemas contemporâneos ultrapassa as fronteiras nacionais e demanda a mobilização universal.

Central, no quadro de reflexões que procurei esboçar nesta Conferência, é a indefinição que prevalece, nos dias de hoje, sobre quais seriam os agentes sociais da construção do futuro. Não creio mais ser possível identificar uma classe social específica com esse papel de timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento, em meio ao turbilhão da mudança. Dar sentido humano ao progresso, reforçando-se a ética da solidariedade, tanto na dimensão nacional como na internacional, passou a ser crescentemente um exercício coletivo, disperso, fragmentário, num verdadeiro composto de utopias parciais. Nenhuma classe ou grupo social detém, hoje, o monopólio na demanda por equidade.

Exatamente por isso – volto a insistir – é que precisamos revitalizar os valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância. Esses são, por excelência, os balizadores da legitimidade moderna. É necessário um engajamento real do Governo e da sociedade contra a corrente do individualismo exacerbado e niilista, que conspira contra a própria noção de identidade nacional.

Os governantes, os intelectuais, as lideranças da sociedade civil têm um papel decisivo a desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da História.

Discurso do Senhor Presidente da República na abertura da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Nova York, 23 de junho de 1997.

O Brasil vem a esta Sessão Especial da Assembleia Geral para afirmar a sua disposição de continuar na vanguarda do processo que gerou um dos momentos mais expressivos do entendimento internacional.

A Rio-92 forjou uma nova parceria global para o crescimento econômico modelado pela justiça social e pela utilização sustentável dos recursos naturais.

Essa concertação internacional, na base de uma ética de co-responsabilidade e cooperação, é o “espírito do Rio”, o maior legado da Conferência, que precisamos resgatar em sua plenitude.

Os cinco anos passados desde a Rio-92 deixaram patente que as transformações na estrutura política e econômica global não foram acompanhadas pelos progressos necessários na luta contra a pobreza e o uso predatório dos recursos naturais.

Para avançar nessa agenda será preciso fazer mais do que olhar com complacência para o passado. Temos que recolocar o desenvolvimento sustentável no primeiro plano das relações internacionais. Não para acusar. Não para intervir. Não para exercer hegemonia e poder, mas para cooperar.

É preciso corrigir o desequilíbrio que se criou entre os avanços na agenda da liberdade política e econômica, de um lado, e na do desenvolvimento sustentável, de outro.

Senhor Presidente,

A consciência ambiental é hoje uma dimensão indissociável da cidadania. O meio ambiente incorporou-se, e de forma destacada, à agenda política interna dos países.

A Conferência Rio+5, realizada em março deste ano, foi exemplo eloquente da ação positiva das ONGs na área do meio ambiente e deu novo alento aos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Foi um renascimento da consciência ambiental.

Para criar um ponto focal para a opinião pública internacional em torno do desenvolvimento sustentável, o Brasil dispõe-se a sediar no Rio de Janeiro o “Foro do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Essa é uma forma de manter vivo “o espírito do Rio”, fazendo da cidade a capital internacional do desenvolvimento sustentável.

Senhoras e Senhores,

Nesta sessão, devemos identificar com serena franqueza as áreas em que não houve progressos e reconhecer que os desafios de hoje são ainda maiores que os de há cinco anos.

Avançamos na consideração de questões críticas globais, como mudanças climáticas, biodiversidade, florestas e desertificação. No entanto, esses avanços foram lentos, porque faltaram instrumentos eficientes de implementação e de financiamento. Em alguns casos, é preciso ainda superar impasses nas negociações. O Brasil tem propostas concretas nas áreas de clima, biodiversidade e florestas.

A pobreza e a degradação ambiental, particularmente nas áreas urbanas, continuam a prejudicar a qualidade de vida de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Há uma agenda ambiental urbana tão importante quanto a agenda “verde”.

É necessário ampliar a conscientização quanto à importância da proteção dos oceanos, base de sustentação da própria vida, e nesse sentido estimular iniciativas construtivas, como a Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, liderada pelo ex-Presidente Mário Soares.

A água já é um dos temas de maior urgência na agenda para o próximo século.

Padrões insustentáveis de produção e de consumo continuam a prevalecer.

A inconsistência no cumprimento dos compromissos de cooperação internacional ameaça o espírito da parceria forjado no Rio de Janeiro.

Ficou mais fácil cobrar e acusar do que fazer. E o meio ambiente passou a ser utilizado como pretexto para práticas protecionistas, que minam as bases de um sistema econômico internacional aberto e não-discriminatório.

Temos que reencontrar o ponto de equilíbrio alcançado na Conferência do Rio. Não é possível sacrificar os objetivos do desenvolvimento sustentável em nome de uma eficiência econômica.

Senhor Presidente,

Porque tem um dos maiores e mais variados patrimônios ambientais do planeta, o Brasil está firmemente comprometido com a visão de futuro traçada no Rio de Janeiro.

Nossa Constituição consagra os conceitos fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Estamos elaborando, além da Agenda 21 nacional, agendas regionais e locais, refletindo o desafio da continentalidade de nosso território. Temos uma avançada legislação ambiental, que não hesitamos em complementar e aperfeiçoar.

Temos dado ênfase à coordenação de políticas econômicas e ambientais. Exemplo disso é o “Protocolo Verde”, mecanismo voltado para a compatibilização dos instrumentos de crédito com a proteção ambiental.

Buscamos a participação da sociedade civil na gestão ambiental e temos descentralizado recursos e ações.

Destinamos 5,22% do território brasileiro, equivalentes a 446 mil km², a parques nacionais e áreas de preservação ecológica, cifra notável sob qualquer ótica.

A nova Política Nacional Integrada para a Amazônia busca reorientar o crescimento econômico e valorizar o homem amazônico. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é hoje um dos melhores exemplos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Com o Mercosul estamos ultimando um instrumento jurídico único sobre meio ambiente.

Temos experiência em diversas áreas de interesse da preservação ambiental, que podemos oferecer a nossos parceiros.

Por isso o Brasil associou-se à Alemanha, à África do Sul e a Cingapura em uma iniciativa que busca contribuir para o esforço comum de definição de prioridades e identificação de ações para os próximos anos. Queremos dar um exemplo de como países em diferentes graus de desenvolvimento podem demonstrar, com criatividade e ação concertada, a determinação política de transformar a Agenda 21 numa realidade concreta.

Senhoras e Senhores,

São muitos os desafios que devemos enfrentar para alcançar esse objetivo:

- redobrar nossos esforços no combate à pobreza;
- ampliar a agenda ambiental para incluir o meio ambiente urbano;
- fortalecer e tornar ainda mais eficiente a estrutura das Nações Unidas na área do meio ambiente;
- reforçar a presença construtiva das ONGs no debate social, envolvendo trabalhadores e empresários;
- promover ações entre países e grupos de países com maiores afinidades, sem necessariamente esperar um consenso absoluto para agir;
- reconhecer que os compromissos assumidos em 1992 exigem um fluxo substancial de recursos novos e adicionais e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas;
- dar prioridade à educação básica e, dentro dela, à educação ambiental, como expressão da cidadania e alicerce do desenvolvimento sustentável.

Só assim poderemos resgatar o “espírito do Rio”.

Vamos fazê-lo juntos, em cooperação e em paz.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente da República

Posse no Congresso Nacional

Brasília, 1º de janeiro de 1999.

Por um Brasil solidário

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar.

Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram aspiração tão antiga, quanto legítima, de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde - o pesadelo de todos os brasileiros - mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar.

E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

Estas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população.

Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo; mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.

O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no Mercosul – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África.

O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos últimos anos, se é verdade que muito foi feito, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para a frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é

como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: “ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.

O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas,

Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática.

Mas precisamos avançar mais.

Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem

efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.

Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.

Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e controle das políticas.

Senhores Congressistas,

Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para por fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; nos programas de qualificação do trabalhador; e na assistência ao desempregado.

Tudo o que o Governo puder fazer na área do emprego, será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável: “a vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.

Senhores Congressistas,

De pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social.

Este quadro tem que ser revertido.

Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação, saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma destas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais

precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.

Esta é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós.

Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência.

O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula, como nas ruas.

Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor.

A vontade nunca faltou. Ela continua firme.

O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Esta é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sergio Motta, companheiro de uma vida de lutas:

“Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País.”

Assim farei.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas

Québec, Canadá, 20 de abril de 2001.

Há algumas semanas, em plena Amazônia, na região do Vale do Javari, no Brasil, uma equipe de antropólogos da agência governamental encarregada da proteção de grupos indígenas realizou uma expedição a áreas habitadas por índios isolados, de escassa convivência com a sociedade nacional.

Quase ao mesmo tempo, plenipotenciários de 34 países americanos se reuniam aqui em Québec para discutir uma ampla agenda de cooperação, onde um dos temas é o da “conectividade”, um bom neologismo que ressalta a importância do acesso às tecnologias e ao conhecimento na nova economia globalizada.

De um lado, comunidades ainda isoladas. De outro, a revolução da Internet.

São fatos que me fazem refletir sobre a sabedoria da pequena letra “s” ao final do título deste nosso encontro: a Cúpula das Américas.

Porque somos, verdadeiramente, um continente plural, um continente de diversidade: diversidade de renda, de padrões de vida, de língua, de cultura, de raças e de modos de organização social; diversidade que remonta ao encontro de civilizações iniciado em 1492.

Não existe apenas uma, mas várias Américas, talvez 34 Américas – ou melhor 35, aí incluído, como esperamos possa ocorrer em futuro não distante, o povo amigo e irmão de Cuba.

E cada um de nossos países abriga seus próprios contrastes.

Mas se falássemos apenas de diversidade, deixaríamos uma impressão falsa. Porque as Américas são também um continente unido em sua aspiração de democracia com liberdade, justiça social e prosperidade para todos.

Somos, genuinamente, um Novo Mundo.

Um novo mundo porque as Américas são um projeto em andamento, uma obra inacabada.

Um novo mundo, porque ao ingressarmos no século XXI ainda nos debatemos com problemas herdados de opções feitas no período da colonização – muito especialmente a infâmia do trabalho escravo, cuja sombra de injustiça se projeta ainda nos dias de hoje, mais de um século depois de sua erradicação, não só pela perpetuação de desigualdades sociais, como também pelos germes de racismo que ainda não conseguimos eliminar totalmente.

Um novo mundo, sobretudo, porque somos um continente de promessas e oportunidades, com a esperança de justiça que nos é assegurada pela vigência do sistema democrático.

Nem sempre isso foi assim.

Na segunda metade do século XX, grande parte deste continente foi assolada por regimes ou práticas autoritárias que suprimiam a democracia em nome da liberdade, e violavam as mais básicas liberdades em nome da democracia.

E essa regressão ao autoritarismo contaminou as próprias relações entre os povos deste hemisfério.

Impõe-se essa lembrança, porque ela encerra um aprendizado: o empreendimento de integração que hoje levamos a efeito nas Américas só é possível porque está alicerçado na adesão de todos, sem exceção, aos valores e princípios da democracia.

Os temas que compõem nossa agenda – comércio, tecnologia, meio ambiente, combate ao crime organizado, educação, saúde – são áreas em que a cooperação entre os povos só pode prosperar graças à legitimidade democrática.

E essa legitimidade tem dois lados: internamente, o funcionamento e o aperfeiçoamento progressivo das instituições do Estado de Direito; externamente, o respeito recíproco e a prevalência do diálogo sobre todas as formas de coerção e uso da força.

As grandes questões de nosso tempo se resolverão pelo diálogo e pelo entendimento, ou não se resolverão de forma alguma.

Pelo diálogo e pelo entendimento, que levem a maior acesso aos mercados e às tecnologias, bem como a maiores investimentos nos países menos desenvolvidos da região, poderemos responder às aspirações dos povos deste continente, e com mais urgência, às aspirações dos mais pobres e mais vulneráveis.

Pelo diálogo e pela cooperação poderemos responder a desafios contemporâneos, como o de assegurar aos que sofrem com a AIDS tratamento ao menor custo possível.

Como demonstra o êxito do programa brasileiro nesse campo, já dispomos de meios para aumentar a esperança e melhorar a vida dos que têm o vírus HIV. Não podemos deixar de utilizá-los, e de utilizá-los em toda a escala, inclusive cooperando com outros países em desenvolvimento afetados por essa doença.

Falei da diversidade que nos caracteriza como região e que queremos preservar.

Nem a integração hemisférica, nem o processo de globalização podem significar um declive inexorável rumo à homogeneidade cultural. Nesse plano, a diferença é um valor em si mesma.

Mas se desejamos caminhar para uma efetiva integração do hemisfério, devemos colocar-nos como tarefa a eliminação da diversidade que é injusta: a profunda desigualdade de renda e de condições de vida, tanto dentro dos países como entre os países.

Nosso objetivo deve ser o de uma Comunidade das Américas. E “comunidade” pressupõe consciência de um destino comum e, portanto, eliminação de assimetrias e garantia de oportunidades iguais para todos.

Pressupõe também reconhecer que os caminhos históricos de cada povo para moldar suas instituições econômicas são variáveis.

Não há pensamento único que possa ditar os rumos das nações.

O livre-comércio é um dos instrumentos.

A eliminação progressiva dos obstáculos às trocas comerciais pode desempenhar um papel decisivo na criação de oportunidades para o crescimento econômico e para a superação das desigualdades.

Assim concebemos no Brasil a possibilidade de uma ALCA.

Assim temos realizado, com êxito, a construção do MERCOSUL, que para o Brasil é uma prioridade absoluta, uma conquista que veio para ficar, e que não deixará de existir pela participação em esquemas de integração de maior abrangência geográfica.

A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos;

se efetivamente for o caminho para regras compartilhadas sobre anti-dumping;

se reduzir as barreiras não-tarifárias;

se evitar a distorção protecionista das boas regras sanitárias;

se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos.

E, ademais, se for além da Rodada Uruguai e corrigir as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola.

Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável.

Se tivermos a sabedoria de fazê-la bem feita, a ALCA pode vir a ser um avanço na promoção do desenvolvimento e da justiça social.

Insistiremos em que os benefícios do livre-comércio se repartam igualmente entre todos os participantes, para que as aberturas ao comércio sejam recíprocas e conduzam à atenuação, e não ao agravamento, das disparidades em nossa região.

É essencial que a preocupação com esses pressupostos esteja presente em todos os momentos das negociações que se desdobrarão até janeiro de 2005.

Para isso, as negociações deverão fazer-se com transparência, de modo a permitir que cada sociedade disponha de todos os elementos de informação para decidir em exercício de soberana democracia.

Uma negociação dessa natureza só pode ter êxito se for conduzida com grandeza. Grandeza para não perder de vista os objetivos e para impedir que estes sejam sacrificados no altar do curto prazo, dos interesses localizados, corporativos.

Esta deve ser a mensagem política da III Cúpula das Américas, em que se reúnem os líderes democraticamente eleitos da região, aos negociadores comerciais que trabalharão ao longo dos próximos anos para definir o conteúdo das propostas para uma área de livre comércio.

Quando se tem presente que o livre-comércio é um instrumento para os objetivos de desenvolvimento e justiça, torna-se evidente que seria um erro, e um erro grave, condicioná-lo a certos padrões de desenvolvimento social.

Seria pretender que o desenvolvimento seja uma condição prévia para o próprio desenvolvimento. Seria o que se chama, em lógica, uma “petição de princípio”. Em bom português, seria colocar o carro na frente dos bois.

A luta pela proteção do meio ambiente e pelo avanço nas normas trabalhistas é um esforço essencial e deve continuar a merecer alta prioridade na agenda internacional, nos foros apropriados. Mas essa luta não pode converter-se em um pretexto para práticas protecionistas ou distorsivas do comércio.

A tarefa que se impõe na proteção do meio ambiente é a de fortalecer os regimes e os mecanismos de cooperação criados pela comunidade internacional. Para reverter as tendências de aquecimento do planeta, que afetam a todos nós, é essencial manter os processos de negociação internacional sob a égide da Convenção sobre a Mudança do Clima e de seu Protocolo de Quioto.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores,

Em nossos dias, no início de um novo século, temos a possibilidade real de fazer com que o continente americano seja, para todos os que nele vivem e venham a viver, uma terra de liberdade e de justiça.

O ideal de um sistema pan-americano, inspirado em princípios de igualdade e respeito mútuo, despontou em diferentes momentos de nossa história.

No limiar do século XIX, homens como Thomas Jefferson e o diplomata luso-brasileiro Correa Serra já sonhavam com um “sistema americano”. De lá para cá, percorremos um caminho nem sempre isento de equívocos, mas que deixou um legado: a visão de um continente americano definido, não pela assimetria de poder, mas pela comunidade de valores.

Dependerá de nós, de nosso trabalho e de nossas decisões, tornar realidade essa visão.

Depende das lideranças políticas – Chefes de Estado, de Governo, parlamentares e movimentos da sociedade civil – realizar a grandeza de nosso hemisfério.

As milhares de pessoas que se manifestam nas ruas de Québec esperam isso de nós. Seu protesto é motivado pelo temor de uma ALCA ou de uma globalização sem “rosto humano”. É este nosso desafio.

E mais importante: as centenas de milhões de pessoas que não vieram a Québec, mas cujo destino é parte inseparável da integração hemisférica, esperam isso de nós, e não apenas neste encontro, mas nos anos que estão por vir.

O Brasil afirma aqui o seu compromisso de trabalhar com afinco e com determinação para a construção, nas Américas, de uma comunidade de nações democráticas, voltada para a liberdade, a justiça e o desenvolvimento.

Nações democráticas que se reencontrem não como partes de um mercado, apenas, mas de uma civilização de base humanística.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em Sessão Solene na Assembleia Nacional da República da França

Paris, 30 de outubro de 2001

Esta é a primeira vez que um Presidente do Brasil se dirige à Assembleia Nacional da França.

Recebam, Senhores Deputados, a mais calorosa saudação do Governo e do povo Brasileiro.

Agradeço, honrado, a oportunidade de trazer-lhes a palavra de um país que renovou seu compromisso com a democracia e o desenvolvimento.

O Brasil sempre nutriu profunda admiração por esta Casa, que traz o timbre da história da França e da humanidade.

Somos parte de um continente que conquistou a independência sob a influência da luta memorável que se travou neste hemisfério pela liberdade e pela justiça.

Daí se seguiu um diálogo intenso com a França e seus intérpretes.

Sobretudo nos momentos de inflexão de nossa história.

Lembro que a jovem Monarquia brasileira se consolidou tendo como eixo o “poder neutro” proposto por Benjamin Constant.

Depois, em 1889, optamos pela República, com lema positivista. A referência foi Auguste Comte, assimilado segundo as circunstâncias locais.

O positivismo no Brasil foi emblema do progresso material, ainda que sob o invólucro conservador da ordem.

A França também serviu de modelo à criação de importantes instituições brasileiras: o Museu de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Brasileira de Letras, a Universidade de São Paulo.

Sou egresso da Universidade de São Paulo, onde usufruí do legado que lá deixaram Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel.

Aprendi a sociologia do trabalho com Georges Friedmann e Alain Touraine, a quem tanto devo intelectualmente.

Nos anos sessenta, o exílio me trouxe a Paris. Vivi de perto os dias libertários de maio de 1968.

Estive em Nanterre, onde ensinei sobre a América Latina, mas aprendi bem mais.

Aprendi que o anseio de Tocqueville por um equilíbrio ideal entre liberdade e igualdade continuava a animar o espírito francês.

Lefort e Castoriadis colocavam a nu a experiência totalitária. A democracia era confirmada como método de satisfação individual e coletiva, para o que não faltava a contribuição de liberais refinados como Raymond Aron, a cujas aulas havia assistido muito antes, em 1961.

Mais tarde, nos anos setenta, lecionei na École des Hautes Études e, por generosidade de Michel Foucault, no Collège de France.

O ambiente não podia ser mais estimulante, inclusive pela abertura da França aos exilados. Muitos fizeram deste país sua segunda pátria. A norma era a tolerância, a transigência, a aceitação do outro.

Das lembranças que guardo do período, esta talvez seja a que mais cultivo. A França, sempre identificada com os valores universais, para mim se tornou também sinônimo de pluralismo, ideal que me é muito caro, como a todos os brasileiros, produto que somos da integração contínua e duradoura de diferentes culturas.

Faço esta reminiscência em tom pessoal, mas sei de sua importância política.

O fato de duas grandes nações, como a França e o Brasil, partilharem valor tão essencial como o pluralismo é digno de louvor em qualquer circunstância.

Mas isto assume relevância especial na conjuntura em que vivemos.

Na onda dos atentados de 11 de setembro, o fanatismo dos terroristas parece encontrar eco no desejo nefasto de acirrar ânimos entre religiões ou culturas.

Nós nos opomos tenazmente ao discurso de que existe um choque de civilizações: de um lado, o “Ocidente” judaico-cristão; de outro, a civilização muçulmana.

Heterogêneas como são as duas tradições, a barbárie e o autoritarismo, infelizmente, brotaram em ambas, mas também mereceram o repúdio dos segmentos mais lúcidos de cada uma delas.

Recordo Albert Camus e sua visão de que “pour faire triompher un principe c’est un principe qu’il faut abattre”.

Que saibamos fazer eco ao grande escritor.

Contra o medo e o irracionalismo, façamos prosperar o diálogo e a cooperação, valores que sabemos inscritos em todas as civilizações.

É preciso reagir com determinação ao terrorismo, mas ao mesmo tempo enfrentar, com igual vigor, as causas profundas e imediatas de conflito, de instabilidade, de desigualdade.

Não podemos mais suportar a carga de sofrimento, violência e intolerância que há muito impede que se chegue a uma solução justa e duradoura para o conflito entre israelenses e palestinos.

Assim como apoiou em 1948 a criação do Estado de Israel, o Brasil hoje reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz.

Países como a França e o Brasil estão mais do que credenciados e assumirem um papel ativo na modulação de uma ordem mais imune ao dogmatismo e à exclusão.

Por história e formação, somos fadados ao universalismo.

Se existe uma afinidade clara entre o Quai D’Orsay e o Itamaraty, é exatamente a convicção de que o respeito à diversidade é condição sem a qual não se realiza o diálogo.

Este é o método de nossa ação externa, uma ação que se distingue pela variedade de interlocutores.

Na França e no Brasil, a votação universalista tem sido explorada a partir da integração com os vizinhos.

O MERCOSUL é tão importante para o Brasil quanto a União Europeia o é para a França.

Jean Monnet se dizia satisfeito em perceber que a integração europeia não se amparava na letra de Tratados, mas na mente das pessoas.

Diria o mesmo do MERCOSUL, que deixou de ser projeto de Governos para se transformar em projeto de sociedades.

Acima dos obstáculos ocasionais, que são comuns sempre que se busca a integração de vontades soberanas, está a determinação de avançar uma experiência de grande importância para a região e seu intercâmbio com o mundo.

Acredito na associação entre o MERCOSUL e a União Europeia, que pode vir a ser um dos padrões de convivência que esperamos prevaleçam após a crise.

Em quaisquer circunstâncias, o Brasil buscará associar-se à União Europeia e conta com o apoio da França.

Cumpra estar atento ao princípio da equidade.

Aos ganhos de um lado deve corresponder o atendimento às expectativas do outro.

O interesse básico do MERCOSUL é de maior acesso ao mercado agrícola comum e de poder competir em igualdade de condições em terceiros mercados.

A proposta do MERCOSUL acaba de ser apresentada.

Acredito ser uma boa proposta. Mas estou convencido de que podemos fazer mais, e convido os empresários e os negociadores dos dois lados a fazerem um esforço adicional para incluir um universo mais amplo de produtos.

Com efeito, devemos dar um sinal claro de que estamos dispostos a avançar rápido na construção de um acordo de livre comércio.

Se acreditamos de fato no livre comércio, cabe ao MERCOSUL e à União Europeia a adoção de medidas efetivas contra o protecionismo.

Entretanto, o preço desta mudança não deveria ser pago apenas pela França, uma vez que outros países mais poderosos continuam a subsidiar fortemente seus produtos agrícolas.

A convergência de nossos blocos contribuirá para que a próxima rodada da Organização Mundial do Comércio satisfaça aos anseios de todos, de forma equitativa.

A ameaça de um novo ciclo recessivo é demasiado presente para que se desperdice a oportunidade de relançar em Doha as negociações comerciais multilaterais.

É também hora de controlar a instabilidade dos fluxos financeiros.

Se o mercado é o instrumento mais eficiente para a geração de riqueza, é preciso impor limites a suas distorções e abusos.

Ousemos, se necessário, tributar o movimento dos capitais para assegurar liquidez às economias emergentes e recursos para combater a pobreza, a fome e as doenças nos países mais carentes.

Dizia Montesquieu que o comércio tem a virtude de civilizar os costumes políticos, inibindo a discórdia, favorecendo a moderação.

Falava do “doux commerce”.

Oxalá a economia do futuro proporcione esse importante ganho adicional.

Não nos esqueçamos, de todo modo, que o fortalecimento da democracia constitui um fim em si mesmo, inclusive no plano das relações entre os Estados.

Ordem alguma se revelará legítima sem o concurso daqueles a que se destina.

Para não falar de sua eficácia, que será sempre função do consentimento das Partes.

Assim se justifica o pleito pela democratização dos mecanismos decisórios de poder, o que inclui o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deve ser ampliado e reformado para melhor refletir a realidade em que hoje vivemos.

As instituições da governança internacional foram concebidas para reger o mundo da Guerra Fria.

É chegado o momento de atualizar essas instituições às circunstâncias do século XXI.

Neste começo de século, enfrentamos de novo a oposição entre barbárie e civilização. A barbárie não é somente a covardia do terrorismo, mas também a intolerância ou a imposição de políticas unilaterais em escala planetária.

Não devemos permitir que a lógica do medo substitua a lógica da liberdade, da participação, da racionalidade.

A nova ordem não pode prescindir tampouco do reforço da proteção dos direitos humanos.

Ela tampouco pode prescindir da proteção do meio ambiente. Daí nosso apoio vigoroso ao Protocolo de Quioto.

O Brasil está concluindo os procedimentos necessários à ratificação do estatuto do Tribunal Penal Internacional.

São instrumentos como o TPI que revigoram nossa confiança na cooperação entre os Estados.

E até nos fazem acreditar na possibilidade de um novo contrato internacional.

Um contrato que atenda à segurança dos Estados e também promova o desenvolvimento sustentável, a democracia e os direitos humanos.

Um contrato que atualize a utopia da fraternidade entre os povos, que tanto mobilizou esta Assembleia em seus primeiros dias.

Um contrato que dissemine uma nova ética.

Se é certo que a globalização aproxima mercados e sistemas produtivos, não é menos certo que a paz no mundo depende da difusão de uma ética da solidariedade.

O Brasil já demonstrou sua solidariedade ao reduzir, quase anulando, as dívidas de vários países pobres tanto da África quanto da América Latina.

Se o Brasil já pôde fazê-lo, por que outros países mais desenvolvidos não poderiam fazer o mesmo?

Esta solidariedade não dispensa a ação dos Estados.

Antes a exige.

Sabemos que o interesse geral pode reclamar restrições à soberania estatal, mas a soberania popular não prospera sem presença ainda maior dos Estados Nacionais.

O pluralismo cultural também requer que as sociedades organizadas em Estados ativos e radicalmente democráticos, que respeitem o sentimento e autonomia dos povos.

Por salutar que seja a intervenção direta de novos atores no debate internacional, as possibilidades reais de mudanças passam pela mediação dos Estados.

O contrato que antevejo se dá, portanto, entre Estados. Mas Estados que não sufoquem as nações, senão que sejam delas súditos.

Isto se impõe sobretudo nos momentos de crise, que podem ser fecundos.

O paradoxo das situações de crises é exatamente o de criar ambiente propício à revisão de paradigmas.

Expandem-se as fronteiras do possível.

Lutemos por uma nova ordem mundial que reflita um contrato entre nações realmente livres, e não apenas o predomínio de uns Estados sobre outros, de uns mercados sobre outros.

Mas isto exige ousadia. Em ideias e atos.

Esta é a tradição da França e, na medida de suas possibilidades, também a do Brasil.

É mais do que oportuno que saibamos intensificar ainda mais nosso diálogo, um diálogo de séculos, pleno de realizações, mas também de promessas não concretizadas.

Que o nosso diálogo neste início de século se nutra de esperanças, mas nos leve à construção de um caminho comum e venturoso, é o meu desejo.

Agradeço, uma vez mais, em nome de meu país, a gentileza do convite para ocupar esta nobre tribuna.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura do Debate Geral da 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Nova York, 10 de novembro de 2001

Ao saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, presto tributo à República da Coréia, que dá ao mundo um exemplo de dedicação à paz e ao desenvolvimento.

Reitero minha admiração ao Secretário-Geral Kofi Annan, que junto com a ONU recebeu a merecida homenagem do Prêmio Nobel da Paz. Mais do que nunca, precisamos agora de sua lucidez e coragem no esforço de construção de uma ordem internacional pacífica, democrática e solidária.

Só o fanatismo se recusa a ver a grandeza da missão das Nações Unidas e de Kofi Annan.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Por uma tradição que remonta aos primórdios desta Organização, o mês de setembro em Nova York é marcado por uma celebração do diálogo: a abertura do debate desta Assembleia Geral.

Não foi assim este ano.

A ação mais contrária ao diálogo e ao entendimento entre os homens marcou o mês de setembro em Nova York, como também em Washington: a violência absurda de um golpe vil e traiçoeiro dirigido contra os Estados Unidos da América e contra todos os povos amantes da paz e da liberdade.

Foi uma agressão inominável a esta cidade, que, talvez mais do que qualquer outra, é símbolo de uma visão cosmopolita.

Uma cidade que sempre acolheu indivíduos de toda parte, como aos judeus holandeses de origem portuguesa que no século XVII se transferiram do Brasil para a então Nova Amsterdã.

Nova York cresceu, prosperou e firmou-se dentro dos valores do pluralismo.

Fez-se grande e admirada não só por sua herança judaica, anglo-saxã, mas também pela presença árabe, latina, africana, caribenha, asiática.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 foram uma agressão a todas essas tradições. Uma agressão à humanidade.

Como primeiro Chefe de Estado a falar nesta sessão da Assembleia Geral, quero ser muito claro, como o fiz na própria manhã daqueles horribéis atentados e nos contatos com o Presidente George W. Bush: o Brasil empresta integral solidariedade e apoio ao povo norte-americano em sua reação ao terrorismo.

Para nós, todo o continente americano foi atingido. Daí nossa iniciativa de propor a convocação do órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

O terrorismo é o oposto de tudo o que a ONU representa. Destrói os princípios de convivência civilizada. Impõe o medo e compromete a tranquilidade e segurança de todos os países.

As vítimas de qualquer ato terrorista não estarão sozinhas, e seus responsáveis – indivíduos, grupos ou Estados que os apóiem – não ficarão impunes. Encontrarão nos povos livres uma aliança sólida disposta a levantar barreiras contra a marcha da insensatez.

A Carta das Nações Unidas reconhece aos Estados membros o direito de agir em auto-defesa.

Isto não está em discussão.

Mas é importante termos consciência de que o êxito na luta contra o terrorismo não pode depender apenas da eficácia das ações de auto-defesa ou do uso da força militar de cada país.

O compromisso das Nações Unidas, em 1945, foi o de trabalhar para fundar a paz e preservar as gerações futuras do flagelo da guerra.

A guerra tem sempre um pesado custo humano.

Um custo em vidas interrompidas, em vidas refugiadas e amedrontadas.

Tudo isso realça a responsabilidade dos terroristas pelo que sucede hoje.

O Brasil espera que, apesar de todas as circunstâncias, não se vejam frustradas as ações de ajuda humanitária ao povo do Afeganistão.

Mais ainda: dentro de nossas possibilidades, estamos dispostos a abrigar refugiados que queiram integrar-se ao nosso país.

Há coisas que são óbvias, mas que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões.

Nenhuma das civilizações que enriquecem e humanizam nosso planeta pode dizer que não conheceu, em seu próprio interior, os fenômenos da violência e do terror.

Em todo o mundo, problemas de segurança pública, consumo e tráfico de drogas, contrabando de armas, lavagem de dinheiro são males afins ao terrorismo, que devemos extirpar.

Quero sugerir, desta tribuna, a realização de uma campanha mundial de opinião pública que conscientize os usuários de drogas em todos os países para o fato de que estão, ainda que involuntariamente, contribuindo para financiar o terrorismo.

Se pretendemos estrangular o fluxo de recursos de que as redes ou facções terroristas se valem para espalhar a destruição e a morte, é imprescindível reduzir drasticamente o consumo de drogas em nossas sociedades.

Além disso, devemos evitar que as diferenças de regimes fiscais entre os países sirvam como instrumento para a evasão de divisas essenciais ao desenvolvimento ou como proteção para as finanças do crime organizado, inclusive de ações terroristas.

Se a existência de paraísos fiscais for indissociável desses problemas, então não devem existir paraísos fiscais. Coloquemos um fim a esses abrigos da corrupção e do terror, até hoje admitidos complacentemente por alguns governos.

Senhor Presidente,

É natural que, após 11 de setembro, os temas da segurança internacional assumam grande destaque.

Mas o terrorismo não pode silenciar a agenda da cooperação e das outras questões de interesse global.

O caminho do futuro impõe utilizar as forças da globalização para promover uma paz duradoura, baseada, não no medo, mas na aceitação consciente por todos os países de uma ordem internacional justa.

Sobre essa questão, tenho procurado mobilizar as várias lideranças mundiais.

O Brasil quer contribuir para que o mundo não desperdice as oportunidades geradas pela crise de nossos dias.

Pensemos na causa do desenvolvimento, um imperativo maior.

Há um mal-estar indisfarçável no processo de globalização.

Não me refiro a um mal-estar ideológico, de quem é contra a globalização por princípio, ou de quem recusa a ideia de valores universais, que inspiram a liberdade e o respeito aos direitos humanos.

Mas ao fato de que a globalização tem ficado aquém de suas promessas.

Há um déficit de governança no plano internacional, e isso deriva de um déficit de democracia.

A globalização só será sustentável se incorporar a dimensão da justiça. Nosso lema há de ser o da “globalização solidária”, em contraposição à atual globalização assimétrica.

No comércio, já é hora de que as negociações multilaterais resultem em maior acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais prósperos.

Os ministros reunidos em Doha têm uma pesada responsabilidade: a de fazer com que o novo ciclo de negociações multilaterais de comércio seja realmente uma “Rodada do Desenvolvimento”. Para isso, é indispensável avançar com prioridade nos temas mais relevantes para a eliminação das práticas e barreiras protecionistas nos países desenvolvidos.

O Brasil, que vem liderando negociações para garantir maior acesso aos mercados e melhores condições humanitárias para o combate às doenças, buscará encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação dos direitos de patente e o imperativo de atender aos mais pobres.

Somos pelas leis de mercado e pela proteção à propriedade intelectual, mas não ao custo de vidas humanas. Este é um ponto a ser criteriosamente definido. A vida há de prevalecer sobre os interesses materiais.

Senhor Presidente,

É necessário renovar as instituições de Bretton Woods e prepará-las para os desafios do século XXI.

É preciso dotar o FMI de mais recursos e de capacidade para ser um prestador de última instância, e atribuir ao Banco Mundial e aos bancos regionais o papel de promotores mais ativos do desenvolvimento.

Devemos reduzir a volatilidade dos fluxos internacionais de capital e assegurar um sistema financeiro mais previsível, menos sujeito a crises, na linha do que vem sendo proposto pelo G-20.

No mesmo sentido, embora não se ignorem as dificuldades práticas de um mecanismo como a “Taxa Tobin”, poderíamos examinar alternativas melhores e menos compulsórias.

Proponho que a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a realizar-se no próximo ano em Monterrey, dedique especial atenção a essas questões.

Pensemos, também, em formas práticas de cooperação para amenizar o drama da AIDS, sobretudo na África.

Até quando o mundo ficará indiferente à sorte daqueles que ainda podem ser salvos das enfermidades, da miséria e da exclusão?

O final do século XX marcou o fortalecimento de uma consciência de cidadania planetária, alicerçada em valores universais.

O Brasil está decidido a prosseguir nessa direção.

O Tribunal Penal Internacional será um avanço histórico para a causa dos direitos humanos.

A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são também desafios inadiáveis de nosso tempo. A marcha das alterações climáticas é um fato cientificamente estabelecido, mas não é inexorável.

O futuro depende do que fizermos hoje, em particular com relação ao Protocolo de Quioto. O Brasil saúda o êxito da reunião de Marrakesh, que constitui passo decisivo para o controle e futura reversão do aquecimento da atmosfera. Estarei enviando mensagem ao Congresso Nacional com vistas à pronta ratificação do Protocolo de Quioto.

Os eventos atuais, inclusive nesta cidade, mostram a dimensão da ameaça das armas de destruição em massa.

Quer se trate de armas bacteriológicas, como o antraz, de armas químicas ou nucleares, não há alternativa ao desarmamento e à não-proliferação.

Impedir que a ciência e a tecnologia se transformem em arma dos insensatos é imperativo ético, que só se efetiva com a interferência ativa e legítima das Nações Unidas no controle, destruição e erradicação desses arsenais.

Senhor Presidente,

Assim como apoiou a criação do Estado de Israel, o Brasil hoje reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz.

Esta é uma dívida moral das Nações Unidas. É uma tarefa inadiável.

Como inadiável é a superação definitiva do conflito em Angola, que merece a oportunidade de retomar seu caminho de desenvolvimento. O mesmo futuro o Brasil deseja ao Timor Leste, que esperamos ver em breve ocupando seu assento nesta Assembleia como representação soberana.

Para responder a problemas cada vez mais complexos, o mundo precisa de uma ONU forte e ágil.

A força da ONU passa por uma Assembleia Geral mais atuante, mais prestigiada, e por um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos, e para cuja vitória soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália.

Como todos aqueles que pregam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje.

Como considera inerente à lógica das atuais transformações internacionais a expansão do G-7 ou G-8. Já não faz sentido circunscrever a um grupo tão restrito de países a discussão dos temas que têm a ver com a globalização e que incidem forçosamente na vida política e econômica dos países emergentes.

Senhor Presidente,

Uma ordem internacional mais solidária e mais justa não existirá sem a ação consciente da comunidade das nações.

É um objetivo demasiado precioso para ser deixado ao sabor das forças do mercado ou aos caprichos da política de poder.

Não aspiramos a um governo mundial, mas não podemos contornar a obrigação de assegurar que as relações internacionais tenham rumo e reflitam a vontade de uma maioria responsável.

A sombra nefasta do terrorismo demonstra o que se pode esperar se não formos capazes de fortalecer o entendimento entre os povos.

Esta Organização foi criada sob o signo do diálogo.

Diálogo entre Estados soberanos que sejam súditos de nações livres, cujos povos participem ativamente das decisões nacionais.

Com sua ajuda, vamos fazer com que o século XXI não seja o tempo do medo. Que seja o florescimento de uma humanidade mais livre, em paz consigo mesma, na caminhada sensata para a construção de uma ordem internacional legítima, aceita pelos povos e ordenadora das ações dos Estados no plano global.

Este é o desafio do século XXI.

Saibamos enfrentá-lo com a visão grandiosa dos fundadores desta Organização, que sonharam com um mundo plural, baseado na Paz, na solidariedade, na tolerância, e na Razão que é a matriz de todo o Direito.

Muito obrigado.



Discurso na cerimônia de recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Salamanca

Salamanca, Espanha, 18 de maio de 2002.

Agradeço, sensibilizado, o título que me é concedido pela Universidade de Salamanca.

Esta é uma demonstração a mais do apreço desta instituição pelo Brasil e seu povo, gesto que se soma à criação do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade, uma iniciativa muito bem-vinda.

Estivemos reunidos nos últimos dias, em Madri, para avançar no esforço de assegurar que Europa, América Latina e Caribe percorram o século XXI de mãos dadas.

A declaração que assinamos fala de uma parceria estratégica. Na verdade, é mais do que isso: o projeto de associação dos dois continentes satisfaz o pendor cosmopolita de nossos povos.

Esse pendor é dos espanhóis, dos portugueses, mas também de toda a Ibero-América.

Venho a Salamanca, portanto, com o sentimento de que o mundo ibero-americano está sabendo atualizar a vocação universalista de que esta Casa foi importante matriz.

Não há como entrar nesta universidade, de tanta história, sem lembrar a gesta dos descobrimentos.

Um dos berços do escolasticismo, Salamanca advogou a expansão da cristandade, mas o fez com simpatia ao Novo Mundo.

Não faltou olhar crítico à barbárie contra as populações nativas. Francisco de Vitoria foi definitivo em seu combate à conquista e ao aprisionamento dos índios, que reconhecia pagãos, mas dotados de juízo pleno.

O teólogo de Salamanca influenciou Bartolomeo de las Casas e o Padre Antonio Vieira naquela que viria a ser a primeira campanha humanitária nos trópicos.

A ruptura do pacto colonial nos trouxe mais tarde o desafio de fundamentar a constituição dos jovens Estados. Lançamos mão do princípio da soberania popular tal como formulado pelos contratualistas ingleses e franceses. Poucos se deram conta de que estávamos incorrendo em novo débito com o pensamento escolástico.

Quentin Skinner lembra que nomes como Francisco Suárez e Domingo de Soto, sucessor de Vitoria em Salamanca, antecederam em muito os contratualistas na defesa do consentimento como base única de legitimidade para a formação do corpo político.

O fato é que o Brasil consolidou a autonomia política, mas se viu, por décadas a fio, à cata de uma identidade, talvez em razão do déficit de legitimidade que lhe impôs a opção monárquica, de feito oligárquico.

Aplicava-se ao país o que Octavio Paz diria um dia de sua terra natal: “México es búsqueda.”

A crise de identidade tomaria novas formas na passagem do século XIX para o século XX, com a abolição da escravatura e a adoção da forma republicana. Era a época em que aqui se colocava a “Questão Espanha”, o desafio de redefinir o país após um século pleno de inquietações, iniciado pela intervenção da Santa Aliança e concluído em meio a disputas regionais e ao impacto da Guerra Hispano-Americana.

Foram raros os momentos em que o destino de um povo se viu sob o juízo de nacionais de tamanho talento. De um lado, D. Miguel de Unamuno, Reitor de Salamanca, absorvido por um sentimento trágico da vida, cultivava o mito da *hispanidad*, na expectativa de reanimar uma

Espanha eterna ou até de “espanholizar” a Europa. De outro, Ortega y Gasset, cético quanto à serventia de uma continuada associação do país às vitórias da Cruz, reclamava abertura à modernidade europeia, laica, até para que seu coração, mediterrâneo mas também europeu, “não se sentisse miserável”.

Se voltarmos os olhos para o Rio de Janeiro de fim do século, veremos que os personagens e temas eram outros, mas o debate guardava afinidades. Dizia respeito à nação e suas circunstâncias.

É assim que encontramos o polemista Sílvio Romero criticando o escritor Machado de Assis por lhe faltar a cor nacional.

Machado, porém, via o apego premeditado a coisas brasileiras como um falso nacionalismo. Poderíamos ser fiéis ao Brasil tratando de assuntos remotos no tempo e no espaço. Antes o diálogo do que o ensimesmamento.

Os modernistas levariam ao paroxismo a crença na capacidade transitiva da cultura brasileira. Inocentes, mas inventivos, estaríamos credenciados a saltar do atraso para a modernidade, devorando o “civilizador”, produzindo um ambiente mais ameno e fraterno.

Infelizmente, o debate sobre o que somos ou poderíamos ser foi suspenso de forma abrupta no Brasil e também na Espanha. O algoz foi o arbítrio.

Não vou me estender sobre o obscurantismo daqueles anos, que, de tão áspers, desejamos mais distantes no tempo do que na verdade o são. Somente recordaria a contundência da mensagem de que a razão da força, por poderosa que seja, não sobrevive à força da razão.

Refiro-me às palavras de Unamuno.

Refiro-me a Salamanca.

O autoritarismo brasileiro foi menos constante. Veio em ondas. Primeiro, o Estado Novo. Mais tarde, o jugo militar.

Tivemos de esperar até a última quadra do século XX para que a democracia se consolidasse em nossos países.

Prefaciei um livro sobre a transição da Espanha à democracia, processo que muito me impressionou. Sinto um particular fascínio pela capacidade política dos gestores da transição em articular o consenso necessário ao conjunto de reformas que transformou a face do país.

Isso tem a ver com o tema da responsabilidade política, que motivou reflexões profundas de Ortega – e, antes dele, de Weber – sobre a relação entre a ética e a política. Um e outro sabiam que a ação política não pode prescindir da perspectiva da ética da responsabilidade. É aí que se manifesta a preocupação com os resultados práticos, com a eficácia, com as consequências das decisões para a sociedade.

Mas, ao mesmo tempo, os resultados só podem ser avaliados à luz de princípios éticos fundamentais, sob pena de resvalarmos para o culto da razão de Estado ou da política de poder.

Foi um pouco com essa visão que interpretei o Pacto de Moncloa.

Em pouco tempo, a Espanha realizou a estabilização da moeda, a reforma fiscal, a distribuição negociada do ônus do ajuste, a modernização do parque produtivo. Promoveu uma inserção mais franca e competitiva na economia internacional, tendo como âncora o acesso ao

que então se denominava a Comunidade Econômica Europeia.

E tudo se fez a despeito da presença, ainda ostensiva, de instituições franquistas, o que foi uma prova da maturidade alcançada pelo povo e pela classe política na luta a favor da democracia e do desenvolvimento.

No paralelo, que tentei esboçar naquele prefácio, com a situação brasileira, recorri à imagem de um espelho convexo. A transição no Brasil foi de fato uma imagem distorcida da espanhola. Embora a falência do regime autoritário tivesse sido mais rápida entre nós, os atores

políticos ficaram bem aquém do objetivo de adequar o Estado e a economia brasileira aos novos tempos.

Expus essa preocupação em Salamanca doze anos atrás, quando convidado a discorrer sobre as perspectivas que então se ofereciam ao Brasil e à América Ibérica.

O motivo eram as comemorações do V Centenário da epopéia de Cristóvão Colombo.

Deixei claro, na ocasião, o contraste que notava entre o cenário que se descortinava para Espanha e Portugal e os desafios que se colocavam ao Brasil após uma década de miopia histórica, de elevado custo econômico e social.

Era com regozijo que percebia a Espanha cumprindo o desígnio de Ortega e de tantos outros, integrada a uma Europa que se unificava e progredia a olhos vistos.

Só me constrangia ver que meu país se democratizara, aproximava-se dos vizinhos, mas continuava refém de problemas do passado.

Do povo brasileiro, somente dele, dependia a resposta a pendências como a reconstrução do Estado, a elevação do nível educacional e o aumento da competitividade.

Falei dessas prioridades na palestra de 1990.

Aproveitei o retorno a Salamanca para dizer que a resposta veio. E veio a tempo.

O método foi a opção continuada pela democracia. Foi pelo voto que se homologou um programa de governo que perseguia valores vistos até há pouco como inconciliáveis: responsabilidade monetária e fiscal e compromisso social.

A experiência espanhola nos estimulou a perseguir essa equação de tanto significado para a agenda da nova esquerda, que ganha em atualidade com os surtos extremistas dos últimos meses, plenos de dogmatismo e intolerância, mas vazios de proposta.

O certo é que o plano de estabilização da moeda no Brasil foi a pedra de toque para o equilíbrio orçamentário, a reorganização do Estado e a retomada das políticas públicas, que tiveram particular impacto na área de educação.

O Brasil se aproxima da meta de universalização do ensino básico, sem descuidar da ampliação e aprimoramento dos quadros universitários, inclusive pelo reforço dos vínculos entre a universidade e a indústria, o que favorece a inovação técnica.

Como tem insistido o sociólogo e amigo Manuel Castells, a ciência aplicada determina como nunca os padrões de competitividade, reclamando descortino histórico, ousadia empresarial, investimento público.

Quero partilhar com os amigos de Salamanca a satisfação que me traz, como homem público e professor, o fato de que o Brasil hoje forma cerca de seis mil doutores por ano, dos quais parte expressiva em áreas de ponta.

Falo da realidade brasileira, mas sei que o zelo pela formação de quadros é comum a todos os vizinhos, a começar pelos parceiros do Mercosul, que têm um histórico educacional superior ao do Brasil.

A partilha de experiências se tornou uma prática rotineira no esforço de integração regional, que há muito deixou de ser iniciativa de governos para se transformar em patrimônio das sociedades.

Costumo dizer que o Mercosul é obra de democracias para democracias, o que é um fato histórico, mas com força normativa. É disso precisamente que trata a cláusula democrática, garantia que a Organização dos Estados Americanos estendeu a todo o hemisfério. Caso se configure ameaça à ordem institucional em algum país, a reação dos vizinhos é pronta e coordenada, como demonstrou o episódio na Venezuela.

Que o precedente contribua para dissuadir conspiradores de plantão, qualquer que seja seu abrigo.

Não há como tratar da democracia sem voltar ao tema da identidade, sobretudo agora que ela se tornou fator de concertação diplomática, inclusive da projetada associação entre a América Latina e a União Europeia.

Assim como as identidades nacionais podem ser estimuladas ou inibidas por parcerias externas, opções diplomáticas costumam dar vazão a sentimentos coletivos.

É o caso de nossa aproximação com a Europa, que tem como uma de suas vertentes mais fortes o relacionamento com Espanha e Portugal.

O sentimento brasileiro, latino-americano, é universalista, com tonalidade ibérica.

Boaventura de Sousa Santos vê a cultura portuguesa como uma “cultura de fronteira”, coesa o suficiente para ser permeável ao que vem de fora, mas com forte heterogeneidade interna.

Era de modo parecido que Ortega falava de sua cultura, “*en perpetua lucha con lo elemental, disputando todos los días la posesión del terreno que ocupan sus plantas*”.

Outra não tem sido a gramática brasileira, desde o tempo em que Aleijadinho aclimatou os códigos estéticos da Contra-Reforma às sinuosidades do terreno local.

Não consigo enxergar o Brasil em outro compasso. Às vezes tentam nos seduzir para uma ética unidimensional, maniqueísta, mas é um esforço em vão.

Bastar visitar um terreiro de candomblé para notar que nossa lógica não é binária, excludente, mas múltipla e integradora.

Isso tem a ver com a plasticidade, a tolerância e o gosto de viver de nosso povo.

É por isso que nós, brasileiros e ibero-americanos, sentimo-nos em casa na Espanha. E, agora, com o honroso título que a Universidade de Salamanca me outorga, sinto-me mais ainda um dos seus, com humildade, mas com a consciência de pertencer a uma Casa que, sendo espanhola, é também universal.

Muito obrigado.

Discurso na cerimônia de recebimento do título de Doctor of Civil Law pela Universidade de Oxford

Oxford, Inglaterra, 14 de novembro de 2002.

Recebo este título da Universidade de Oxford como gesto de renovado apreço pelo Brasil e seu povo.

Sou, desde sempre, admirador de Oxford.

Sei da contribuição que a Universidade tem prestado à democracia parlamentar britânica, de Gladstone a Tony Blair, sem falar dos Oxonians que fizeram história na diplomacia e nas finanças.

Também me considero cativo dos pensadores que promoveram em Oxford a tradição liberal inglesa, como Isaías Berlin, um verdadeiro apóstolo da liberdade e do pluralismo.

Tenho alguma familiaridade com a academia britânica.

Ensinei nos anos setenta em universidade vizinha, criada por dissidentes de Oxford, mas que soube manter uma convivência correta e enriquecedora com sua Alma Mater.

Pelo menos foi o que nos assegurou Lord Jenkins na Rede Lecture de 1988.

Se estive em Cambridge, não foram poucos os professores e estudantes brasileiros que souberam usufruir da hospitalidade e excelência de Oxford.

A criação do Centro de Estudos Brasileiros confirma Oxford como espaço de pesquisa e reflexão sobre o Brasil.

Na verdade, a Inglaterra jamais deixou de contribuir para o conhecimento do Brasil.

Permitam-me recuar no tempo e citar algumas obras seminais.

Lembro o relato de viagem de Maria Graham, um inspirado retrato de nossos primeiros anos. Ela também nos legou um esboço da experiência colonial.

Depois veio a obra clássica de Robert Southey, que, sem ter visitado uma vez sequer o país, mapeou com invejável tino sua evolução histórica.

A história do Brasil viria a constituir, como sabemos, um rico filão para os estudiosos ingleses.

Perdemos há poucos anos Charles Boxer, que deixou um legado imprescindível para os que buscam compreender o declínio do Império Português.

Mas os primórdios da Independência e o Brasil monárquico ainda contam com leitores da envergadura de Kenneth Maxwell e Leslie Bethell.

Se os ingleses acompanharam o Brasil, a Inglaterra sempre fez parte do imaginário brasileiro.

O encantamento é recíproco.

Não me refiro apenas à importância do pensamento inglês para a cultura brasileira, de que são mostras o diálogo de Machado de Assis com Lawrence Sterne e a presença do constitucionalismo anglo-saxão em Rui Barbosa.

Penso também nos brasileiros que pensaram a experiência inglesa. E o fizeram com nota, invariavelmente, positiva.

Joaquim Nabuco é um bom exemplo. Em seu ensaio autobiográfico, *Minha Formação*, a Inglaterra – onde serviu como diplomata – é tema maior.

Nabuco fala de Londres, que lhe causou, de todas as cidades, a mais profunda impressão, pela solidez e majestade, mas também pelo recato e urbanidade.

Percebe, na metrópole do mundo, a singularidade inglesa.

Louva o espírito inglês, a norma tácita de conduta que a Inglaterra inteira parecia obedecer.

Era a coexistência da tradição com o progresso.

Nabuco escreveu no fim do século XIX – ele que, para muitos, teve mais de cem anos, prolongados como foram seus efeitos.

As palavras de Nabuco soavam como garantia de que, para onde rumasse a história, a Inglaterra, sem sobressalto, atenta ao futuro, farse-ia presente.

Gilberto Freyre não foi menos efusivo na demonstração de seu apreço pelo feitiço inglês.

Privilegiava os figurantes mudos da história.

Asa Briggs chegou a situá-lo como precursor da história material ou, se quisermos, da história da vida privada.

Em *Inglêses no Brasil*, Gilberto teceu um mosaico do que faziam os alfaiates, mecânicos, operários, artistas de circo, fotógrafos, modistas e atrizes inglesas que povoaram o Brasil na primeira metade do século XIX.

Para Freyre, o inglês foi um propagador da experiência tropical em suas variadas manifestações, dos hábitos populares às moradias, da culinária aos ritos, das igrejas às fazendas.

Daí a assimilação que Gilberto Freyre faz entre a maneira de ser inglesa e brasileira.

Inglêses e brasileiros sabem acatar a diferença, ainda que isso implique um difícil equilíbrio de contrários.

Isso somente foi possível, arremata Freyre, pela disponibilidade nos trópicos da virtude tão inglesa do “compromise”.

A mesma observação foi feita por José Honório ao ressaltar a conciliação e o espírito de reforma na evolução da sociedade brasileira.

Há, de fato, muitos pontos em comum entre ingleses e brasileiros.

A começar pelo trabalho conjunto a favor de um modelo progressista de governança.

Coincidimos na busca continuada de um equilíbrio ótimo entre Estado e Mercado.

Por caminhos próprios, aprendemos o quanto importa conciliar equidade e eficiência.

O desafio assume urgência indeclinável no Brasil pela magnitude das carências sociais. Mas não a ponto de ameaçar o respeito ao dissenso, pelo contrário. Se algo se delineia no horizonte político brasileiro, é a radicalização da democracia, no melhor sentido da palavra.

É o reforço da participação da sociedade na condução da coisa pública.

O Brasil é como nunca a expressão de seu povo.

Traz o signo da esperança, do pluralismo.

Pluralismo de etnias, crenças e costumes, que também pauta uma visão de mundo.

Queremos um mundo onde a diversidade seja norma e não heresia.

A tolerância, virtude e não vício.

Isaías Berlin gostava da expressão kantiana de que “out of the crooked timber of mankind no straight thing was ever made”.

Era seu *leitmotiv* contra os paradigmas absolutos.

Preferia a realidade como ela era, plural, sem soluções últimas, por redentoras que soassem.

Assim o Brasil gostaria que se orientasse a comunidade das nações: pela utopia de uma governança global democrática e o respeito às normas multilaterais de convivência.

Crescemos na interação com os outros.

Queremos continuar a prosperar em diálogo com o mundo.

Agradeço, uma vez mais, à querida Universidade de Oxford pela distinção que, por meu intermédio, concede ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

Discurso ao receber do PNUD o Prêmio Mahbub ul Haq por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano

Nova York, 9 de dezembro de 2002.

Quando tomei conhecimento de que meu nome havia sido escolhido para este prêmio, naturalmente fiquei muito satisfeito, mas ao mesmo tempo fui tomado de certa hesitação.

Meu pensamento foi o seguinte: há algo de estranho em um Presidente receber um prêmio individualmente. Porque o que os Presidentes fazem é sempre resultado de um esforço coletivo.

Em última análise, se um Presidente é capaz de realizar algo, é porque toda a nação – ou pelo menos a maior parte dela – está a seu lado e o apóia – para não falar do trabalho de milhares de pessoas no serviço público, no Congresso Nacional, nas ONGs e na sociedade em geral.

Sem a dedicação desprendida dessas pessoas, os objetivos do desenvolvimento humano não poderiam avançar.

Mas, ao pensar mais sobre o assunto, dei-me conta de que poderia haver algum significado em meu comparecimento aqui para receber esta homenagem. Seria uma oportunidade inestimável para divulgar os esforços empreendidos por toda a nação brasileira e dar-lhes renovado impulso.

Porque isto, na verdade, foi o que aconteceu no Brasil nos últimos anos.

Toda uma nação, fortalecida na democracia e unida na aspiração por justiça, dedicou-se a trabalhar para fazer mudanças onde mudanças eram necessárias.

Daí eu me sentir muito honrado com a companhia de um grupo de ministros e parlamentares brasileiros nesta cerimônia de hoje.

Ao mesmo tempo, não posso negar que este é para mim, também, um momento de realização pessoal. Agradeço a minha mulher, Ruth, que tem dedicado muita energia ao desenvolvimento humano e que sempre me apoiou. Meu agradecimento, também, a cada um dos membros da minha família que vieram juntar-se a mim nesta ocasião.

Senhoras e senhores, em minha plataforma política de 1994, quando fui candidato pela primeira vez nas eleições presidenciais, a frase de abertura do capítulo inaugural dizia: “O Brasil não é mais um país subdesenvolvido: é um país injusto.”

Permitam-me explicar o significado daquela frase no contexto social e político do Brasil.

Durante muito tempo, os brasileiros atribuíram seus problemas sociais à noção vaga do “subdesenvolvimento”. Esse é um daqueles conceitos que deveriam vir acompanhados de um aviso: “Cuidado! Este conceito pode ser prejudicial ao seu senso de responsabilidade.”

É claro que o Brasil é menos desenvolvido do que outros países. Não há dúvida sobre isso.

É claro que há problemas no plano internacional que limitam nossas oportunidades de desenvolvimento: regras injustas, protecionismo nos países mais afluentes, turbulência nos mercados financeiros. Tampouco há dúvida sobre isso.

Mas, mesmo conscientes desses fatos, tínhamos a obrigação de parar de reclamar sobre nosso destino e, em vez disso, tomá-lo em nossas próprias mãos.

E nosso dever era o de não usar os problemas internacionais ou o pretexto do “subdesenvolvimento” como desculpas para a perpetuação das injustiças em nosso país.

Este é o sentido daquela frase. O foco devia mudar do subdesenvolvimento para a injustiça.

Era tempo de enfrentarmos nossas próprias responsabilidades e colocar a casa em ordem, ao menos naquilo que estivesse ao nosso alcance.

E assim fizemos.

Começamos por colocar a inflação sob controle, com o Plano Real. Não foi uma tarefa fácil, nem era ela um fim em si mesmo.

Por que isso era tão importante?

Por uma razão muito simples.

Porque, nas décadas anteriores, a espiral inflacionária tinha sido o mais importante fator de perturbação do desempenho da economia brasileira. Também, e isso é o cerne da questão, porque a inflação não era meramente um problema de macroeconomia. Era, acima de tudo, uma questão de justiça social.

Quando os cidadãos se rebelaram contra a monarquia absoluta no século XVIII, um dos principais gritos de guerra era: “Não pode haver imposto sem representação.”

É um princípio fundamental da ética política. Um princípio que era pisoteado diariamente pela hiperinflação. Porque a inflação é precisamente isto: um imposto sem representação.

Pior: é uma forma não democrática de taxação, dirigida contra os pobres, contra os desprotegidos pela indexação ou pelos diversos arranjos financeiros aos quais tinham acesso a classe média e os mais ricos.

Por isso derrubamos a inflação e a mantivemos em níveis muito baixos, apesar das crises internacionais enfrentadas nos últimos anos.

Como resultado, realizamos o que foi possivelmente a maior redução sustentada da pobreza na história do Brasil. Cerca de 10 milhões de brasileiros cruzaram a linha da pobreza.

Isso nos deu uma base nova a partir da qual podíamos trabalhar.

E de fato trabalhamos, para introduzir as necessárias mudanças e avançar na educação, na saúde, na reforma agrária e na proteção social.

Os resultados estão à vista de todos. A escolaridade aumentou significativamente, sobretudo entre as crianças mais pobres. O Brasil hoje pode afirmar com orgulho que estamos muito próximos do objetivo de ter todas e cada uma de nossas crianças freqüentando as salas de aula.

O trabalho infantil reduziu-se em 25 por cento.

A mortalidade infantil caiu, notadamente nas áreas mais pobres do Nordeste do Brasil.

A expectativa de vida subiu em torno de 4%, e essa taxa é substancialmente mais alta do que a média mundial no mesmo período.

Centenas de milhares de novas famílias foram assentadas no campo pelo Governo, mais durante os últimos oito anos do que nas três décadas anteriores.

A área desses assentamentos equivale a duzentos mil quilômetros quadrados. Isso é mais de seis vezes o território da Bélgica e duas vezes e meia o território da Áustria.

Implantamos uma rede de proteção social, uma rede que funciona efetivamente para milhões de brasileiros, através de doze diferentes programas de assistência aos menos favorecidos, envolvendo mais de trinta bilhões de reais por ano (mais de oito bilhões de dólares, pela taxa de câmbio atual).

Isso equivale praticamente ao total do Imposto de Renda arrecadado pelo Governo de pessoas físicas e jurídicas. A comparação evidencia o fato de que esse tipo de política pública tem um impacto direto sobre a distribuição da renda.

E nossa rede de proteção social faz uso das modernas tecnologias, como o cartão magnético, de forma a assegurar que os recursos cheguem diretamente aos que deles precisam.

Isso eliminou os esquemas de intermediação e corrupção que tradicionalmente assolavam a assistência social no Brasil.

O salário mínimo, medido em termos reais – isto é, descontando a inflação – alcançou seu nível mais elevado em quarenta anos.

Adotamos um programa anti-AIDS reconhecido no mundo como um modelo. De fato é um programa muito bom, porque coloca as necessidades dos pacientes em primeiro lugar, especialmente ao garantir o acesso a medicamentos mais baratos.

Um dos desafios em política social é fazer bom uso de recursos escassos.

O foco deve ser colocado nos mais pobres, nos mais necessitados.

E isso não é assim tão fácil quanto poderia parecer. Há interesses conflitantes, pressões políticas e mesmo falta de informação.

Por isso, uma das tarefas básicas deve ser a definição cuidadosa de onde estão as necessidades mais prementes.

Ao fazer isso, o trabalho do PNUD proporcionou-nos instrumentos valiosos.

Por exemplo, o nosso Projeto Alvorada empregou extensivamente a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano, de forma a estabelecer as prioridades e selecionar os municípios que enfrentam os problemas mais sérios.

Isso nos ajudou a garantir que nosso trabalho fosse orientado pelas carências sociais, e não pela conveniência política.

Se lhes parece que estou contando vantagem sobre esses progressos do Brasil, é porque talvez eu de fato esteja. Espero contar com sua compreensão e indulgência nesse ponto. Penso que um pouco de contar vantagem sobre seu país faz parte, de alguma forma, das atribuições de um Presidente.

Nunca é difícil encontrar pessoas que lhes digam como a situação vai mal ou quão distante estamos de nossas metas.

Há algumas décadas, quando se discutiam aspectos da teoria do desenvolvimento, meu amigo Albert Hirschman – movido por sua “propensão à auto-subversão” – levantou uma ideia nova. Disse-nos: “É muito bom que se discuta e se teorize sobre os obstáculos ao desenvolvimento, mas há um outro problema; devemos também prestar atenção aos obstáculos que nos impedem de perceber o desenvolvimento.”

Essa afirmação chamava a atenção, pois Hirschman era uma das maiores autoridades em teoria do desenvolvimento. E sempre me recordo dessa visão de Hirschman ao refletir sobre as tendências pessimistas, que às vezes prevalecem no Brasil, assim como em outros países que enfrentam situações similares.

Por isso, penso que não seja totalmente improcedente que um Presidente ocupe às vezes a tribuna para lembrar ao povo que o copo já está cheio pela metade. Mas é também um dever do Presidente lembrar – a si próprio e aos outros – que o copo ainda está metade vazio.

De fato, o que se alcançou no Brasil nos últimos anos deve ser visto como um começo.

Ainda temos um caminho longo a percorrer. Restam muitas tarefas diante de nós.

E o apelo da justiça social continuará a ser ouvido no Brasil – espero – com vozes que se tornam cada vez mais fortes, mas sem perder a civilidade.

Através de sua história, o Brasil teve muitas oportunidades, mas, ao mesmo tempo, desperdiçou um bom número delas.

Conhecemos as distorções resultantes do domínio colonial e da sombra que ele projetou sobre as nossas perspectivas de desenvolvimento.

Na independência, em 1822, deixamos de avançar com rapidez em direção à abolição da escravidão, que durou até 1888.

Mais tarde, em diferentes momentos, o esforço de construção da democracia e do estado de direito encontrou fortes resistências.

Como resultado, atravessamos dias escuros de ditadura, e nossa sociedade foi atingida por graves violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Hoje, temos oportunidades sem precedentes. E o Brasil está determinado a não desperdiçá-las.

As recentes eleições foram uma demonstração exemplar de virtude cívica. Mostraram, fora de qualquer dúvida, que a democracia no Brasil não é mera instituição formal. É uma força viva. Uma força canalizada através de procedimentos honestos e que está enraizada nos corações e nas mentes dos cidadãos. Uma força que tornará possível, no Brasil, nos anos e décadas vindouros, continuarmos a fazer as mudanças e reformas através do diálogo e em paz.

Precisamos consolidar a estabilidade econômica.

No passado, dizia-se que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Hoje, da mesma forma, podemos dizer que o controle da inflação exige vigilância permanente.

Precisamos aperfeiçoar nosso sistema tributário, atualizá-lo e eliminar problemas que inibem nossa capacidade de competir na economia internacional.

Precisamos encontrar, de uma vez por todas, uma solução sustentável e justa para a questão da seguridade social.

E precisamos reformar nossas estruturas políticas, e continuar aprimorando nossa democracia.

O que fizemos até agora nos dará força para seguir adiante.

Quando deixar o Governo no dia 1º de janeiro, sentirei a satisfação de olhar para trás e ver que nossos esforços deram fruto.

Para mim, um sociólogo por formação, a maneira certa de fazer isso seria conferir dados, cifras e estatísticas. Nada de errado nesse procedimento, e eu certamente o seguirei.

Mas, como um futuro ex-Presidente, encontrarei maior satisfação, do ponto de vista tanto racional quanto emocional, em refletir sobre o verdadeiro significado de todas aquelas estatísticas em termos humanos.

E o que elas significam é que uma criança recém-nascida no Brasil de hoje, de uma família pobre, em um município pobre, terá chances muito melhores na vida.

Em primeiro lugar, terá mais chance de sobreviver, porque sua mãe terá tido certamente acesso à assistência médica, por intermédio de um dos 162 mil agentes comunitários de saúde que trabalham nas áreas pobres, ou também por intermédio de uma das 15 mil equipes de saúde de família.

Mais tarde, essa criança terá melhores chances de ter uma boa educação. Certamente irá à escola e muito provavelmente não terá que trabalhar em

uma idade precoce – porque sua família será apoiada pelo Governo para mantê-la na escola.

Sua expectativa de vida será consideravelmente maior do que a das crianças nascidas no Brasil no início da década de noventa.

E viverá em liberdade, em uma democracia dinâmica, em uma economia estável.

Então, com a passagem dos anos, terá oportunidade de ler livros e jornais, de discutir e de pensar, como um cidadão livre, sobre como fazer do Brasil um país cada vez melhor para seus filhos.

Se minha obra de Presidente ajudou essa criança a ter melhores chances na vida, então valeu a pena.

Gosto de pensar que foi assim, mas nem por isso tomarei o crédito pelo trabalho de tantos outros.

Por isso, ao agradecer a vocês todos, ao PNUD e a meu amigo Mark Malloch Brown, faço-o em nome de todos aqueles que ajudaram a dar às crianças brasileiras, e a todos os brasileiros, melhores oportunidades na vida.

Senhoras e Senhores, conheci o professor Mahbud ul Haq algum tempo atrás. Conversamos, na época, sobre os seus estudos, que foram importantes no trajeto para a elaboração dos relatórios nacionais do PNUD com base no conceito do desenvolvimento humano. Acompanhei seu trabalho, assim como os de Amartya Sen, cuja participação foi decisiva na elaboração do IDH.

Estou convencido de que a introdução da noção do desenvolvimento humano foi uma das contribuições mais significativas, em tempos recentes, aos esforços de promoção do desenvolvimento no âmbito da comunidade internacional.

Por isso, sinto-me orgulhoso de ser o primeiro a receber este prêmio.

Ser reconhecido por um órgão internacional com o prestígio do PNUD como alguém que colocou o desenvolvimento no centro da agenda política brasileira é algo que me emociona imensamente.

Mas sem qualquer falsa modéstia, tenho que dizer que o prêmio não é meu. Eu o dedico a todos aqueles que ajudaram, em alguns casos mesmo antes do meu Governo, a alcançar as conquistas sociais que mencionei aqui.

E o dedico a todas as crianças brasileiras que agora têm novas oportunidades para o futuro.

Dedico-o aos brasileiros mais pobres, que recuperaram a esperança.

Para mim, pessoalmente, esse prêmio é um sinal de que dei o melhor de mim como Presidente de meu país.

Certamente, meu Governo deixará tarefa ainda em aberto. Mas nada me deixa mais satisfeito do que ter colocado o Brasil no rumo certo. Estabilização econômica, reformas estruturais, acesso aos mercados mundiais, luta contra a pobreza, a proteção ambiental, a necessidade da transformação social, o desenvolvimento humano – todas essas são questões que vieram para ficar.

Há muitos anos, Luiz Inácio Lula da Silva e eu estivemos juntos em episódios inesquecíveis de nossa luta pela defesa da democracia, pelos direitos dos trabalhadores brasileiros e pelas aspirações de todo nosso povo.

Sob sua nova liderança, aposto, o Brasil continuará a avançar.

E novos ganhos sociais virão.

Tenho confiança em que assim será.

Muito obrigado pela atenção.



<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>